

ESCOLA DE GOVERNO PAULO NEVES DE CARVALHO
CURSO DE ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO
GOVERNAMENTAL

DÉBORA DIAS DO CARMO

**ESTUDO DOS CONVÊNIOS FEDERAIS DO MTUR PARA O ESTADO
DE MINAS GERAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS DO TURISMO**

Belo Horizonte

2010

DÉBORA DIAS DO CARMO

**ESTUDO DOS CONVÊNIOS FEDERAIS DO MTUR PARA O ESTADO
DE MINAS GERAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS DO TURISMO**

*Monografia apresentado a Graduação de
Especialização em Políticas Públicas e
Gestão Governamental da Escola de
Governo Paulo Neves de Carvalho*

Orientador: Claudio Burian Wanderley

Co-orientador: Rubens da Trindade

Belo Horizonte

2010

ESCOLA DE GOVERNO PAULO NEVES DE CARVALHO

Débora Dias do Carmo

Estudo dos convênios federais do MTur para no Estado de Minas Gerais e
atividades econômicas do turismo

Monografia aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de Especialista
em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Banca Examinadora:

Claudio Burian

Carla Aguilar

Nelson Quadros

*Dedico este extenso estudo a SETUR,
principalmente a DPMI,*

*Para o Estado de Minas Gerais, como fonte
agregadora de conhecimento.*

Agradeço à minha família pela paciência e apoio. Ao Marcelo pelo carinho e amor nesta etapa tão difícil em minha vida. Ao meu Sancho Pança (Livinha) por me acompanhar no crescimento intelectual e pessoal. Aos meus amigos pelos momentos de descontração. Aos queridos amigos da Setur pela ajuda e parceria no trabalho.

Dedico em especial ao Cláudio Burian pela paciência e vontade de ensinar. A você Burian, meu muito obrigado! Obrigada pelas músicas, pelas regressões, pelo PROCV, pelas horas a fio de estudo, por muita paciência!

E por fim, ao Rubens, vulgo Rubão, que se dispôs, pelo bel prazer do estudo, a me co-orientar e me passar um conhecimento inestimável.

Bom, a todos vocês, agradeço e dedico esta monografia.

*Sonhar o sonho impossível,
Sofrer a angústia implacável,
Pisar onde os bravos não ousam,
Reparar o mal irreparável,
Amar um amor casto à distância,
Enfrentar o inimigo invencível,
Tentar quando as forças se esvaem,
Alcançar a estrela inatingível:
Essa é a minha busca.*

Dom Quixote

Miguel de Cervantes

RESUMO

Este trabalho busca contemplar a temática da política pública de descentralização do recursos do turismo na União. Para tal abordagem recorreu-se inicialmente a conceituação do turismo e seus aspectos socioeconômicos, com base na literatura referencial. Discorre-se também sobre o histórico das políticas públicas do turismo no Brasil e em Minas Gerais, como destaque para a política de descentralização. E por fim, a partir de um estudo quantitativo, busca-se o panorama das transferências de recursos do MTur e o perfil do mercado de trabalho das atividades do turismo no Estado de Minas Gerais. Como conclusão final, há um estudo econométrico das transferências de recursos e o bem-estar social. De forma geral, encontra-se como uma relação positiva entre os convênios e o setor do turismo em Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVES: TURISMO, CONVÊNIO, DESCENTRALIZAÇÃO, MINAS GERAIS, MTUR.

ABSTRACT

This paper seeks to address the decentralization issues of the federal tourism public policy. Initially, the several tourism concepts are described along with its expected socio-economic consequences at the local level. There is also a description of its public policy history in Brazil and Minas Gerais - especially its decentralization issues. Finally, in a quantitative study, we seek to quantify the effects of the Tourism Ministry resource transfers on the local tourism in Minas Gerais State. As a final conclusion, there is an econometric study of resource transfers and social welfare. In general, there is a positive relationship between these transfers and the local tourism sector in Minas Gerais.

KEYWORDS: TOURISM, FEDERAL TRANSFER, DECENTRALIZATION, MINAS GERAIS, MTUR.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	TURISMO E OS ASPECTOS SOCIAIS.....	20
2.1	Conceituação do turismo.....	20
2.2	Os aspectos sociais do turismo.....	24
3	POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO: HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DO TURISMO EM MINAS GERAIS E BRASIL E UM ADENDO A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO.....	29
3.1	Histórico das políticas públicas do turismo no Brasil e Minas Gerais.....	29
3.1.1	Histórico nacional.....	29
3.1.2	Histórico Mineiro.....	35
3.2	Política de descentralização.....	38
4	IMPACTOS NO TURISMO EM MINAS GERAIS A PARTIR DO ESTUDO DE VARIÁVEIS ECONÔMICAS.....	41
4.1	Panorama a atividade turística em Minas Gerais.....	43
4.2	Emprego e Renda em Minas Gerais.....	47
4.2.1	Classificação das atividades turísticas.....	48
4.2.2	Dados: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.....	49
4.2.3	Resultados.....	51
4.3	Transferências do MTur para Minas Gerais.....	55
4.3.1	Classificação dos convênios.....	55
4.3.2	Dados: Portal da Transparência – CGU.....	57
4.3.3	Resultados.....	57
4.4	Impacto dos convênios do MTur nas atividades do turístico.....	62
4.4.1	Método do estudo.....	62
4.4.2	Resultados.....	63
5	CONCLUSÃO.....	66
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68
6.1	Referências digitais.....	72
7	APÊNDICE.....	73

8 ANEXOS.....	88
---------------	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico I – Variação dos postos de trabalho em Minas Gerais e Regiões de Planejamento para as atividades do setor turístico – Período de 1996 a 2009 (Ano-base 1996)	53
Gráfico II – Evolução Histórica dos postos de trabalho nas Regiões de Planejamento, exceto a Central, para as atividades do setor turístico – Período de 1996 a 2009....	53
Gráfico III - Variação de quantidade de salários mínimos pagos em Minas Gerais e Regiões de Planejamento para as atividades do setor turístico – Período de 1996 a 2009 (Ano-base 1996)	54
Gráfico IV - Evolução Histórica do valor acumulado de salários para as Regiões de Planejamento, exceto a Central, para as atividades do setor turístico – Período de 1996 a 2009	54
Gráfico V – Distribuição dos convênios entre entidades de direito público e direito privado em Minas Gerais, no período de 1996 a 2010.....	60
Gráfico VI – Distribuição dos convênios entre as oito entidades jurídicas em Minas Gerais, no período de 1996 a 2010.....	60
Gráfico VII – Distribuição dos convênios por objeto conveniado em Minas Gerais, no período de 1996 a 2010	60
Gráfico VIII – Distribuição dos convênios executados em Minas Gerais nos anos de 1996 a 2009	61
Gráfico IX – Distribuição do total dos valores dos convênios por Região de Planejamento, exceto a Região Central, e valor repassado, no período de 1996 e 2009	61
Quadro I - Síntese Ilustrativa da Evolução Conceitual dos Termos Turismo e Turista	20
Quadro II - Principal legislação da fase inicial da política de turismo Brasil legislação turística – 1938/1958.....	29
Quadro III - Legislação turística nacional segunda fase - 1966/1974.....	30
Quadro IV - Legislação turística nacional terceira fase - 1988/atualidade.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Previsão orçamentária da receita para os órgãos diretos da União nos anos de 2009 e 2010.....	46
Tabela II – Distribuição variação dos postos de trabalho no setor do turismo pelas regiões de Planejamento no período de 1996 a 2009. (Ano-base 1996)	75
Tabela III - Distribuição variação do acumulado de renda no setor do turismo pelas regiões de Planejamento no período de 1996 a 2009. (Ano-base 1996)	76
Tabela IV – Distribuição dos convênios pela natureza do convênio,no período de 1996-2010	78
Tabela V - Distribuição dos convênios pela classificação do objeto,no período de 1996-2009 (Medida em Reais)	79
Tabela VI - Distribuição dos convênios por região de planejamento,no período de 1996-2009 (Medida em reais)	80
Tabela VII - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego total em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	82
Tabela VIII - Distribuição econométrica dos convênios em função do renda média do transp. em MG no período de 1996 a 2009.....	82
Tabela IX - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor hoteleiro em Minas Gerais no período de 1996 a 2009.....	82
Tabela X - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor de serviços turísticos em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	82
Tabela XI - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor alimentício em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	84
Tabela XII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor de lazer em Minas Gerais no período de 1996 a 2009.....	84
Tabela XIII - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor de transportes em Minas Gerais no período de 1996 a 2009.....	84
Tabela XIV - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita dos setores de turismo em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	84
Tabela XV - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor de serviços específicos do turismo em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	85
Tabela XVI - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor hoteleiro de turismo em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	85
Tabela XVII - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor de lazer em Minas Gerais no período de 1996 a 2009.....	85
Tabela XVIII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor alimentício em Minas Gerais no período de 1996 a 2009.....	85
Tabela XIX - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor turístico em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	86

Tabela XX - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor de transportes em Minas Gerais no período de 1996 a 2009.....	86
Tabela XXI - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor hoteleiro em Minas Gerais no período de 1996 a 2009.....	86
Tabela XXII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor de serviços específicos do turismo em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	86
Tabela XXIII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor alimentício em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	87
Tabela XXIV - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor de lazer em Minas Gerais no período de 1996 a 2009	87

LISTA DE ABREVIATURAS

ADETUR – Agência de Desenvolvimento Turístico

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

CNTur – Conselho Nacional do Turismo

COMBATUR – Comissão Brasileira de Turismo

CCP – Classificação Central de Produtos

CGU – Controladoria Geral da União

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas

CNTur – Conselho Nacional do Turismo

CPC – Central Product Classification

EMBRATUR – Instituto brasileiro de Turismo

EpR – Estado por Resultados

FASTUR – Fundo de assistência ao Turismo

FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

FISSET – Fundo de Investimento Setorial

FJP – Fundação João Pinheiro

FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo

HIA – Hotel Investment Advisors

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IMRS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organizações não-governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PLANITUR – Plano Integrado de desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais

PLANTUR – Plano Nacional de Turismo

PMDE – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

PROMITUR – Programa Mineiro de Turismo

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RP – Região de Planejamento

SICTA – Standart Internacional classification of tourist activities

SELT – Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo

SUT – Superintendência de Turismo

UIOOT – União Internacional dos Organismos de Turismo

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido por suas belezas naturais e por sua cultura. Segundo o Instituto Brasileiro do Turismo, EMBRATUR, no ano de 2007, o país recebeu em torno de seis milhões de turistas e movimentou cerca de 30 bilhões na economia brasileira, uma parcela de 4% do PIB. Portanto, o turismo é uma atividade crescente e relevante na economia brasileira, e por essa razão, deve ser valorizada.

A atividade do turismo é crescente em todo o mundo. Entretanto só recentemente esta atividade vem sendo estudada e colocada em pauta nos governos mundiais. No Brasil a atividade foi considerada estratégia somente nas últimas décadas, com a criação de um Ministério exclusivo para Turismo – MTur , em 2003. Em outras localidades, a atividade turística já é responsável por boa parte do crescimento da economia local. Um exemplo é a cidade espanhola de Barcelona. A cidade tem um destaque no setor turístico devido à preocupação com o planejamento antecipado e, principalmente, o acompanhamento de estudos e produção acadêmica na área. Esta cultura de planejamento se deu principalmente pela realização de um megaevento, os Jogos Olímpicos de 1992.

Neste mesmo contexto, o Brasil passa por um momento peculiar no planejamento, das políticas do turismo. O país também será sede de megaeventos, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos olímpicos em 2016. Os chamados megaeventos são eventos de curto prazo com conseqüências de longo prazo (BARBOSA E ZOUAIN, 2003, apud, BARROS e COSENZA 2007). A significação destes eventos, principalmente para as cidades sedes, é estimular a revitalização da área urbana, além da melhoria da infra-estrutura. O reconhecimento global destas mídias acaba criando uma associação turística para outros eventos similares (PADDISON,1993, apud, BARROS e COSENZA 2007).

Os investimentos no setor turístico no Brasil ainda provêm, em grande parte, de recursos públicos. Dentro desta classificação, o recurso pode provir de duas fontes sendo, a primeira do próprio órgão executor da obra; ou por meio de descentralização do recurso para a entidade executora. Dentro desta segundo

modalidade tem-se o instrumento jurídico, o convênio, que irá ser detalhando ao longo deste trabalho.

Alguns programas institucionais já remanejam recursos por meio dos convênios para as entidades fomentadoras da área. Dentro das entidades podem-se citar tanto os estados e municípios, bem como as ONGs, organizações não governamentais. No estudo a seguir será abordada somente parte destes repasses. Dentro da linha temporal de 14 anos¹ serão analisados os repasses, por meio de convênio, do Ministério do Turismo² para os municípios mineiros.

As informações destes repasses estão disponibilizadas no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União. Basicamente agrupam todos os convênios realizados pela União e os disponibiliza para a consulta pública. Entretanto a utilização destes dados isolados nada adianta a criação de uma informação consistente. Estas informações podem e devem embasar o planejamento de políticas públicas no turismo.

Entanto, para a formação de idéias mais consistentes sobre o setor turístico é necessário apoiar, também, outras fontes de informações. Novamente encontra-se o dilema sobre a forma de exposição destes dados. Como exemplo os dados anuais da EMBRATUR. O anuário conta com diversos dados sistematizados que não fornece uma informação de fácil leitura. Desta forma é necessário trabalhar com o dado bruto, sistematizá-lo e correlacioná-los, a fim de obter uma informação. Esta correlação poderá embasar melhor a decisão e o planejamento das políticas do turismo. Além de dados não processados no setor turístico, tem-se uma grande interpelação com outras áreas de saber, como economia e administração. Desta forma, é necessário, também, inserir no estudo estes novos dados³.

Com estas demandas recorrentes, a Fundação João Pinheiro, em maio de 2009, publicou um estudo sobre alguns indicadores do turismo para todo o país:

¹ A escolha desta série temporal limitou-se pela disponibilidade dos dados no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União.

² Apesar do Ministério do Turismo efetivamente ser criado apenas em 2003, os repasses considerados no estudo também abordam os passos realizados pelo Ministério do Esporte e Turismo.

³ Outra questão relevante, não objeto deste estudo é a pequena disponibilidade efetiva destes dados para os pesquisadores e a sociedade em geral. No caso dos dados da EMBRATUR, estes são disponibilizados em arquivos PDF e não Excel. Os dados do Portal Transparência não estão disponibilizados em amplo banco de dados, mas sim de forma pouco prática. Ou seja, a disponibilização destes dados não se dá de forma a facilitar o trabalho de quem efetivamente quer analisá-los.

“Impacto do Turismo nas Finanças Municipais nas Regiões Turísticas do Brasil”. Este estudo é um precursor sobre o uso de indicadores para embasar as políticas públicas no setor turístico, entretanto, pode-se dizer que ainda há muito que estudar neste sentido.

A monografia em questão pretende seguir parte da metodologia detalhada neste estudo. Partindo deste princípio, a monografia incrementará alguns princípios relacionados à economia e delimitará o escopo apenas em Minas Gerais. Este recorte possibilitará um maior aprofundamento no estudo turístico do Estado.

A monografia é composta por três capítulos centrais. O primeiro capítulo remete ao conceito do turismo e os aspectos socioeconômicos abordados na literatura. Este tema é de suma importância para delimitar as conseqüências das atividades do turismo no ambiente local, e por conseqüência, a principal motivação do estudo do tema.

O segundo capítulo retoma o turismo no Brasil e em Minas Gerais, por meio da cronologia das principais políticas públicas do turismo. Dentro da cronologia, destaca-se uma recente política, a descentralização dos recursos. Foi escolhida esta política devido à sua convergência em ambas as esferas governamentais estudadas, Minas Gerais e a União e sua atualidade.

E por fim, o último capítulo trata-se do estudo quantitativo do impacto da política de descentralização (convênios) nos aspectos socioeconômicos do turismo. Dentro deste capítulo destaca-se três grandes partes. O estudo do mercado de trabalho do turismo; o estudo dos convênios do Ministério do Turismo para os municípios mineiros no período de 1996 a 2009; e por fim, a relação econométrica entre o mercado de trabalho e as atividades do estudo.

Ao final, o estudo tem a pretensão de expressar um panorama do turismo dos convênios do turismo em Minas Gerias e suas correlações para o desenvolvimento local.

2 TURISMO E OS ASPECTOS SOCIAIS

2.1 Conceituação do turismo

O termo turismo surgiu na segunda metade do século XVIII devido às viagens de jovens aristocráticos ingleses buscando enriquecimento de conhecimento. Esta viagem era chamada de Gran Tour, e por conseqüência dos jovens ficaram popularmente conhecidos como *tourister*.

“Sob o impulso de sentimentos cosmopolitas – que acabaram por gerar comportamento conspícuo entre as camadas refinadas – o mundo passou a ser visto como uma grande escola; percorrê-lo contribuía para o amadurecimento do espírito e do intelecto e para a aquisição de um horizonte cultural indispensável à época moderna”. (QUINTANEIRO, 1995 apud FJP, 2009)

Por grande período de tempo o termo somente era utilizado relacionado a viagens com fins acadêmicos. A revolução industrial, no entanto, possibilitou a melhora em toda a infra-estrutura, como transporte e comunicação. Isto ocasionou, por conseguinte, a popularização do turismo como prática de lazer. O primeiro conceito de turismo segundo Wahab (1991, p.10) foi de um economista austríaco Herman Von Schullard em 1910, como detalhado no quadro I:

Quadro I - Síntese Ilustrativa da Evolução Conceitual dos Termos Turismo e Turista

AUTOR	DATA	TERMO	CONCEITO
Herman Von Schullard	1910	Turismo	A soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionada com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região [...] (IGNARRA, 2000; p.24).
Comissão Econômica da Sociedade das Nações	1937	Turista	“Toda pessoa que viaja por uma duração de 24 horas, ou mais, para um país diferente do da sua residência [...]” (CUNHA, 1997, p.22). (1990 ou 2000)
União Internacional dos Organismos de Turismo (UIOOT)	1950	Turista	Estendeu o conceito de turista para abarcar também os estudantes excursionistas.

Continua

Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais	1963	Visitante	Toda pessoa que se desloca a um país diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada ⁴ . Essa definição foi importante para as políticas internacionais, pois excluiu aqueles que viajam em busca de emprego.
31° Congrès de L'aiest	1981	Turismo	"O movimento de pessoas, por tempo determinado, para destinações fora de seu local de residência, e as atividades realizadas durante o tempo de permanência nas localidades visitadas [...]"
Organização Mundial de Turismo (OMT)	1983	Turista nacional	Visitantes com uma permanência no local visitado de, pelo menos, 24 horas, e não superior a um ano, motivados por prazer, férias, desportos ou negócios, visita a parentes e amigos, missão, reunião, conferência, saúde, estudos, religião (tradução do autor).
Wahab	1991	Turismo	"Atividade humana internacional que serve como meio de comunicação, elo de integração entre povos, dentro de um mesmo país, como fora dos limites geográficos dos países. Envolvendo o deslocamento por determinado tempo de pessoas para outra região, país ou continente, objetivando satisfazer necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada" (WAHAB, 1991, p.10).
De La Torre	1992	Turismo	"É um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural" (DE LA TORRE, 1992 apud BARRETTO, 1995, p.130).
Mcintosh	1993	Turismo	"Pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes alojá-los cortesmente, satisfazer suas necessidades e desejos" (MCINTOSH, 1993, p.109).

Fonte: Fundação João Pinehiro

Conclui-se que as evoluções dos conceitos expressam também a evolução da temática.

O Brasil, bem como a OMT, considera-se o termo turismo como:

I – É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e

⁴ A definição de visitante, contudo, desdobra-se em turistas e excursionistas, sendo este os visitantes temporários que permaneçam menos de 24 horas no país visitado, e aqueles os visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado e cujos motivos da viagem podem ser agrupados em lazer e negócios, razões familiares, missões, reuniões.

temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 1992).

II – Conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa (EMBRATUR, 2008).

Por sua vez, ARENDIT (1999) considera uma definição mais simplista da temática do turismo. Considera que o conceito significa:

“(...)fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se transladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar nos mercados de trabalho nos locais visitados [...]” (ARENDIT, 1999, p. 8).

A ciência econômica, por outro lado, define as atividades turísticas como exportação de bens não-transacionáveis, ou seja, basicamente serviços. Assim sendo, o turista seria aquele que se desloca para fora de seu local de residência. O consumo deste agente durante este processo é equivalente à exportação daqueles bens e serviços da região turística (onde este consumo ocorre). Uma vez que esta transação não se dá via deslocamento do produto e sim do consumidor, é possível que o contato deste turista com a sociedade local implique em efeitos (esperados e não esperados) tanto positivos quanto negativos – além das externalidades esperadas existentes em algumas atividades econômicas.

Entretanto estas definições recebem severas críticas quanto sua delimitação. Para BENI (2001), a política do turismo deve-se balizar entre as condicionantes “o cultural, o social e o econômico”, e não somente econômica como proposta nas definições anteriores. Mesmo ciente da problemática do conceito, adotar-se-á a definição proposta pela EMBRATUR.

Partindo de um conceito consolidado da terminologia do turismo, é necessário fundamentar a atividade turística propriamente dita. Segundo FELLINI (1983, p.37) as atividades turísticas necessitam de três componentes básicos, sendo ele:

“a) Infra-estrutura de base: que compreende as condições de acesso (estradas, ferrovias, aeroportos, rodovias, hidrovias, etc) e as de caráter urbano (redes de energia, água, iluminação, esgotos).

b) Superestrutura turística: que é representada pelo conjunto de elementos que possibilitam a estada dos visitantes em determinado local (acomodação, alimentação, comércio, diversões, agências de viagens, lazer).

c) Indústria turística em sentido estrito: alojamento e alimentação (hotéis, campings, restaurantes, bares, pousadas).

Por sua vez, Boullón (2002) define como cinco classificações de atividades, além das três já citadas por Beni, o autor acrescenta a classificação de recursos naturais e hospitalidade, e as define como:

“Recursos naturais: com elementos básicos, como, clima, topografia, flora, fauna, recursos hidrográficos, acidentes geográficos. Estes recursos evidentemente preexistem em uma área ou região, mas constituem conjunto essencial de fatores sem os quais a efetivação da oferta de turismo será pouco significativa.”

“Hospitalidade: este recurso possui natureza intangível, pois depende de fatores sociais, antropológicos e culturais. Embora sendo de natureza intangível não é fator menos relevante para a efetivação da oferta de turismo. “A hospitalidade, definida como uma atitude receptiva e acolhedora do alienígena ou nativo, encontra sua expressão no interesse em servir, na cortesia, na amizade e no auxílio que uma comunidade oferece aos seus visitantes.”

Entretanto quando se analisa as atividades econômicas efetivas do turismo, esta classificação não se aplica. Para a classificação econômica, segundo a OMT o turismo é “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado”. Analisando no viés econômico o turismo é definido a partir da perspectiva da demanda, ou seja, o resultado econômico do consumo turístico. A diversidade de consumo e as motivações dos mesmos são muito heterogêneas. Assim sendo, não se pode afirmar

que o turismo seja uma atividade econômica singular, mas sim, um processo que ainda deve ser construído.

Estes produtos turísticos se dividem em três características segundo o estudo do IBGE (2006, p. 10), os “produtos característicos do turismo; produtos conexos ao turismo; e produtos específicos do turismo”. Ainda segundo a mesma fonte de pesquisa, os “produtos característicos do turismo (...) são aqueles que deixariam de existir em quantidade significativa ou para os quais o nível de consumo estaria sensivelmente diminuído em caso de ausência de visitantes. Como exemplo, tem-se o transporte aéreo de passageiros.” (IBGE, 2009, p.10)

Por sua vez, os produtos conexos são uma “categoria residual” que incluem produtos que, em determinadas localidades, são dados como específicos, como o exemplo do transporte ferroviário ou mesmo o transporte suburbano de passageiros. E por fim, os produtos específicos do turismo reúnem os produtos nas categorias acima.

A OMT tendo como referência a Classificação Central de Produtos – CCP (Central Product Classification) que é um grupo de 170 produtos específicos do turismo, propôs uma classificação de 19 sub atividades do turismo, compondo-se de 96 produtos. Esta classificação foi realizada para objetivar melhor uniformidades entre os diversos países, obtendo assim, um nivelamento internacional. Desta forma, “Os produtos característicos do turismo são, portanto, um subconjunto da lista de produtos específicos do turismo e por isso não refletem exaustivamente todos os impactos direto e indireto que a atividade turística exerce na economia como um todo.” (IBGE 2009, p. 11)

Partindo desta análise, o estudo em questão priorizará a análise dos produtos do turismo em detrimento das estruturas propriamente ditas. A classificação de cada produto será discutida posteriormente, na metodologia adotada no estudo.

2.2 Os aspectos sociais do turismo

Como se observou seção anterior do estudo, a definição das atividades econômicas do turismo é uma tarefa que exige certo grau de flexibilidade. Ou seja, é

preciso optar pelas atividades que mais representam o setor. Esta realidade se aplica, principalmente, pela multipolaridade do turismo. Partindo deste universo complexo, cabe também como escopo de estudo uma visão mais abrangente das conseqüências econômicas do turismo.

Explicitando melhor, é necessário um estudo também sobre os aspectos econômicos gerados pelo turismo. Neste capítulo, analisar-se-á apenas os aspectos relacionados ao comportamento econômico do turismo. No capítulo 2, será abordado, o aspecto de descentralização e co-responsabilidade que, também, é de suma importância para o embasamento do estudo em questão.

Diversos benefícios econômicos advêm do turismo. Pode-se citar inicialmente o benefício do crescimento econômico. Este crescimento pode ser ocasionado pelo aumento da contratação de mão de obra local, como o fortalecimento das atividades empresariais do ramo. Gerando, assim, benefícios diversos, dentro dele a distribuição de renda e o equilíbrio da balança de pagamentos (SANTOS, WANDERLEY, 2009). Entretanto, percebem-se, também, impactos negativos do turismo. Estas conseqüências podem se relacionar com uma deteriorização do meio-ambiente local ou uma piora nas condições de vida dos cidadãos. Pode-se apontar como desvantagens do turismo o aumento de congestionamento, a deteriorização da infra-estrutura local e a gentrificação. Enfim, geram uma redução na qualidade do ambiente presente. A piora da qualidade do meio social também pode ocorrer. Há varias experiências em todo o mundo da piora social provinda do turismo. Este tema será abordado ao longo da seção.

Recorrendo novamente a definição OMT de atividade turística; atividade que as pessoas realizam em suas viagens em lugares distintos dos que vivem. Caracteriza-se por esta definição que a ação turística tem como foco a exportação de serviço. Os produtos turísticos são consumidos pelos visitantes da cidade, e não, por quem nela reside. Deste modo, a atividade turística, dentro da ciência econômica, é vista como “exportação de serviços” ou “bens não comercializáveis”. Segundo SANTOS, WANDERLEY, (2009) isto explica seu caráter idiossincrático frente aos outros setores econômicos – a influência em nível local do setor pode ser extremamente alta. (DEIZTZ, 2004)

No que tange a bons exemplos, pode-se citar o caso emblemático da cidade de Nova Iorque. Bram (1995) mostra que as atividades turísticas na cidade, no

período de 1977 e 1994, cresceram seis vezes mais que outros setores econômicos locais. O setor turístico na cidade foi responsável por absorver grande parte da mão de obra não qualificada e dinamizar a economia. Cabe um destaque que neste mesmo período tem-se um declínio na indústria exportadora na cidade. Conclui-se que o turismo, nesta economia local, foi um elemento preponderante para o crescimento e melhora da qualidade de vida local.

Entretanto, nesta mesma idéia, as atividades turísticas têm a capacidade de reduzir a qualidade econômica em nível local, gerando empobrecimento por parte da população. Deve destacar neste quesito que mesmo com desenvolvimento do setor turístico, entretanto, é possível que população local não se beneficie de seu crescimento. Tem-se claramente este tipo de situação quando há concentração da atividade turística ou quando este se baseia em bens “não reproduzíveis”.

Considerando que o bem turístico terá uma maior demanda, com base na teoria econômica, haverá pressão para o aumento dos preços. Este aumento, conseqüentemente, irá impactar em toda a economia local, elevando os preços acima do salário real da localidade. Considerando que o bem turístico está concentrado e seu benefício não é propagado, o consumo do bem turístico será reduzido pela população local. Dentro desta mesma lógica, considerando ainda que o bem é “não reproduzível”, necessariamente, para que o consumo do turista aumente, é obrigatório a redução do consumo local. Segundo Ashley (2000), isto pode deteriorar as condições de vida locais devido à redução de consumo dos recursos naturais (inclusive de água) e da infra-estrutura local.

Novamente citando a cidade de Nova Iorque, na década de 1980 houve uma elitização no bairro do Soho. A região passou por grandes reformas estruturais, para torná-la mais atrativa turisticamente. Conseqüentemente gerou-se uma grande especulação imobiliária na região, supervalorizando os terrenos e imóveis locais. Os bairros ora residenciais foram transformados em ilhas de compras (SAVITCH, 1998, p. 48 apud NOBRE, 2003). No Brasil observa-se este mesmo exemplo, Pelourinho em Salvador na Bahia. Na mesma década que Nova Iorque, houve uma grande transformação estrutural no Pelourinho, expulsando os habitantes de cortiços, na época – estes foram obrigados a deixarem a localidade. Hoje, os serviços que estão localizados nos edifícios, antes utilizados para moradia de baixa renda, são galerias de

arte, comércio turístico, entre outros. Serviços estes que não são destinados aos habitantes de Salvador devido à pressão de aumento dos preços.

Observa-se que uma mesma cidade, como exemplo de Nova Iorque, pode apresentar ambos os lados das conseqüências que a atividade turística pode gerar. Cabe, nestes casos, a participação de uma política pública para o controle eficaz da distribuição dos ganhos do turismo na economia local. Controles como a taxaço mais elevadas em hotéis, como apresentado em Havaí (BONHAM, GANGNES, 1996), ou mesmo, a isenço de entrada nos equipamentos turísticos na Espanha podem auxiliar a reduzir esta discrepância.

As políticas do turismo tendem a apresentar fortes externalidades⁵. As externalidades negativas se remetem principalmente ao consumo dos recursos naturais existentes e o contato com o turista e a população local. Ao contrário das atividades exportadoras de bens, na atividade turística, o turista necessariamente deve ir de encontro com o bem e não o contrário. Este fato gera fortes conseqüências sociais (CHAO, 2004). Esta externalidade negativa por superar os benefícios trazidos pelo turismo, conseqüentemente, os custos sociais seriam superiores. Uma forma para amenizar estes efeitos seria o pagamento de taxas ou maiores restriçoas as atividades turísticas, como já exemplificado nos casos da do turismo na Espanha e no Havaí.

Por sua vez, a atividade turística pode causar externalidades quanto a relação entre os turistas e população local. Há deterioração da qualidade das condições locais. Exemplos das externalidades são: o aumento da prostituição e da criminalidade, entre outros.

Em contraponto, há externalidades positivas. A principal externalidade é referente à melhora de infra-estrutura local e a oferta dos bens locais. Esta é dada pela maior disponibilização de serviços e de mercado de trabalho, podendo gerar um benefício local superior a atividade direta do turismo, bem como, a geração de maior receita local.

Concluindo, as atividades turísticas podem propiciar crescimento para toda a localidade. Por esta razão, devem-se construir políticas públicas de cunho social

⁵ Segundo Mankiw, 2007 externalidade é “o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que não tomam parte da ação” (MANKIW, 2007, p. 204). Quando geram benefícios são chamadas de externalidades positivas, quando custos, é titulado como externalidades negativas.

voltadas para a distribuição dos ganhos. Assim, garante-se que os ganhos advindos da atividade turística sejam apropriados pela comunidade local, e não por apenas uma parte da mesma.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO: HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DO TURISMO EM MINAS GERAIS E BRASIL E UM ADENDO A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Histórico das políticas públicas do turismo no Brasil e Minas Gerais

3.1.1 Histórico nacional

A importância do turismo no Brasil surgiu na década de 1930 quando se criou a Divisão do Turismo, integrante do departamento de Imprensa e Propaganda, vinculada a Presidência da República – a finalidade deste órgão se restringia à fiscalização das agências de viagem. No entanto, a primeira regulamentação da atividade turística está presente no Decreto-lei 406 de 1938. Este decreto como menciona a tabela abaixo, regulamenta a entrada de estrangeiros no país. O quadro II mostra a fase inicial da política do turismo no Brasil

Quadro II - Principal legislação da fase inicial da política de turismo Brasil legislação turística – 1938/1958

DATA	NÚMERO DA LEI	OBJETO
4/maio/ 1938	Decreto-lei 406	Regulamentava a entrada de estrangeiros no território nacional, prevendo a necessidade de autorização estatal para a exploração da atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias.
1940	Decreto-lei 2 440	Cuidou das empresas e agências de viagens e turismo, exigindo-lhes registro prévio de órgãos do governo para o pleno funcionamento, além de autorização para as viagens coletivas de excursão.
1958	Decreto 44 863	Instituiu a Comissão Brasileira de Turismo (COMBATUR) atribuindo-lhe expressamente a função do planejamento turístico nacional. A ela caberia coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo (FERRAZ, 1992 p. 32).

Fonte: Fundação João Pinheiro 2009

Em 1958 é criada a COMBATUR - Comissão Brasileira de Turismo, instituição criada em 1958, que abrangeu a função das políticas públicas do setor turístico. “[...] começa a se transferir o eixo prioritário das políticas públicas de turismo da organização do setor – do ponto de vista das agências de viagens e turismo – para a ampliação e modernização do parque hoteleiro do país.” (CRUZ, 2000, p. 47 apud, FJP, 2009, p. 21). Este plano era vinculado ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, entretanto foi extinto em 1962, mesmo antes de sua implementação.

É durante o governo militar que se inicia a segunda fase de políticas públicas do turismo brasileiro (Quadro III). Esta fase foi um grande avanço para o turismo no Brasil, principalmente com a criação da EMBRATUR.

Quadro III - Legislação turística nacional segunda fase - 1966/1974

DATA	NÚMERO DA LEI	OBJETO
18 de novembro 1966	Decreto-lei Federal 55	Criação do CNTur responsável pela criação de um plano de diretrizes do turismo no Brasil. E também, da EMBRATUR responsável por organizar e estimular o turismo dentro das diretrizes do CNTur.
18 de fevereiro de 1967	Decreto-lei Federal 60 224	Criação do Sistema Nacional do Turismo, formado pela CNTur, EMBRATUR e Ministério das relações Exteriores.
1971	Decreto-lei Federal 1 191	Criação do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, que tem por intuito promover recursos para financiamento de investimentos no setor.
1972	Decreto Lei nº 1.191	Promulga incentivos fiscais para o turismo.
1973	Decreto Federal 71 791	Estabelece zonas especiais para o incremento do turismo.
12 de dezembro de 1974	Decreto-lei Federal 1 376	Criação do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e do Fundo de Investimento Setorial (FISSET).

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2009 (Adaptado pelo autor)

Pode-se considerar outro avanço para o turismo o Decreto Lei nº 1.191, de 1972, sobre incentivo fiscal. O mecanismo de incentivo via isenção, dentro suas determinações possibilitavam as pessoas jurídicas e físicas a participarem do desenvolvimento nacional do turismo. Este incentivo se dava da forma de isenção fiscal, ou melhor, repasse de uma parcela do imposto destinada a projetos turísticos. Estes projetos eram definidos de acordo com as diretrizes do CNTur (LIMA FILHO, 1973). Neste mesmo princípio, a isenção fiscal foi utilizada para ampliação da rede hoteleira. Juntamente com a criação do CNTur, foi estipulado que a atividade hoteleira se equiparava as instalações industriais (LACOMBE, 1969). Isto possibilitava ao setor, uma isenção fiscal de 89% no imposto de renda e adicionais tributáveis.

Entretanto, mesmo com o grande incentivo por parte governamental o turismo não se desenvolveu nesta fase. Segundo Carvalho (2000, p.6) o turismo não foi colocado na agenda governamental nem nas agendas regionais, devido a sua complexidade, que conseqüentemente, se tornaram planos sem implantações consistentes. O conceito de turismo nesta época não era claro, o que tornava ainda mais difícil de classificá-lo.

Beni (2001, p.161-169) cita algumas outras dificuldades, sendo estas:

- A. Indefinição da própria política com relação à normatização institucional da gestão dessa política;
- B. Falta de integração e coordenação entre os organismos oficiais de turismo em todos os níveis;
- C. Inexistência de uma ação intersetorial no desenvolvimento do turismo;
- D. Descontinuidade administrativa;
- E. Carência de mão-de-obra qualificada e especializada, e
- F. Ausência de pesquisas científicas.

A terceira e ultima fase é iniciada após a promulgação da constituição de 1988 (tabela IV). Em seu Artigo 180, esta determina que *“a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.”*. Esta terceira fase envolve os conceitos de descentralização e co-responsabilização.

Retomando a temática da historicidade das políticas do turismo, a terceira fase conta com o PLANTUR - Plano Nacional de Turismo, criado em 1992. O plano foi embasado pela Política Nacional do Turismo, legalizada por meio do Decreto Federal nº 448 de 1992. Pode-se afirmar que as diretrizes do PLANTUR traduziam a essência da política do turismo. Entretanto, infelizmente este plano não foi colocado em prática.

Por sua vez, o PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo – se balizava em uma nova lógica de política pública do turismo. Criado pela Portaria 30, de 1994, o plano compartilha a idéia da descentralização das políticas do turismo, enfocando o planejamento local para o desenvolvimento das atividades. Este marco propõe que parte da responsabilidade do planejamento e gerenciamento

do turismo também seja de responsabilidade do município. Seu objetivo seria promover o turismo sustentável no município, com base na gestão. Este programa estava embasado nos princípios de descentralização, sustentabilidade, capacitação e parcerias. (FJP, 2009, p.22, EMBATUR, 1999).

Todas essas políticas reforçaram a necessidade da criação de um órgão executor próprio. Nesta diretriz foi criado em 2003, o Ministério do Turismo – MTur. Anteriormente o órgão era vinculado ao Ministério de Esportes e Turismo. Partindo desta lógica, o ministério não seria capaz de envolver todas as questões relacionadas como a lógica atual do turismo. A autonomia do órgão foi extremamente importante para enfatizar a importância das políticas do turismo. Dois fatores deixam claro vantagem da criação do MTur.

- A. Primeiro, a prioridade orçamentária. Como órgão destinado somente ao turismo, a rubrica orçamentária será toda destinada ao órgão, e não, para uma política global. Este fator contribuiu para criação de indicadores e mensuração do gasto do próprio turismo.
- B. Outro fator muito relevante é quanto à disponibilidade de pessoal. Um órgão autônomo inevitavelmente permite a contratação de pessoal com maior especificidade de treinamento e competência.

Segundo a lei de criação do órgão, o MTur tem por competência a elaboração e implementação da política nacional de desenvolvimento do turismo; a promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo. Este foi um grande salto para a política pública do turismo, pois eleva a um alto patamar na administração pública, possibilitando maior paridade de poder para estas políticas (BADARÓ, 2005, p.15)

Quadro IV - Legislação turística nacional terceira fase - 1988/atualidade

DATA	NÚMERO DA LEI	OBJETO
88	Constituição Federal	Preconiza a importância do turismo e caracteriza como fator de desenvolvimento social e econômico.
28 de março de 1991	Lei Federal 8 181	Reestruturação da EMBRATUR alterando sua denominação para Instituto Brasileiro de Turismo

14 de fevereiro de 1992	Decreto Federal 448	Estabelece a Política Nacional do Turismo, e conseqüente, o Plano Nacional do Turismo (PLANTUR).
-------------------------	---------------------	--

Continua

30 de março de 1994	Portaria 130	Criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)
31 de dezembro de 1998	Medida Provisória 1794-8	Criação do Ministério do Esporte e do Turismo, que desvincula o turismo de atividade industrial.
1º de janeiro de 2003	Medida Provisória 103	Criação do Ministério do Turismo (MTur)

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2009 (Adaptado pelo autor)

Com a finalidade de implementar medidas propostas pelo MTur foram elaborados o I e II Plano Nacional do Turismo, que têm por premissas: “desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos; inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos; adoção de pensamento, análise, pesquisa e informações consistentes; estímulo ao crescimento do turismo interno e o turismo como fator de cidadania e de integração social.”(FJP 2009, p.24)

Dentro do plano, um dos instrumentos propostos foi à implantação de fóruns estaduais. Ao todo se somam 27 fóruns compostos por todos os estado e o Distrito Federal. O fórum tem a finalidade de integralizar a cadeia produtiva do turismo, e mais, fomentar a co-responsabilização das outras entidades. Este mecanismo restaura, também, a participação e a discussão sobre o tema. Neste mesmo intuito, incentivou-se também a instauração, pelos próprios municípios, de seus conselhos municipais de turismo.

Em 2004, cria-se o Programa Regional do Turismo – Roteiros do Brasil, como instrumento de execução das políticas (BENI, 2006, apud SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p. 131). O programa define regiões indutoras de turismo por todo o Brasil, com a finalidade de atração turística. Em 2006, dentro deste programa, se desenvolveu o “Projeto Brasil” que estruturou 87 roteiros turísticos em padrão internacional. Estes roteiros indutores foram capacitados, e deveriam receber prioridade das ações orçamentárias. Também, seguindo as diretrizes da OMT quanto à segmentação turística, adaptou-se para a realidade brasileira uma onze linhas de planejamento (anexo I).

Com a criação do MTur o que se pode concluir que a construção das políticas do turismo têm uma historia efetiva principalmente pós 2003. Alguns mecanismos de financiamento do turismo estão sendo adotados em conjunto com outras áreas.

Entanto ainda é muito pouco comparada a capacidade de crescimento econômico e bem estar social para o país.

3.1.2 Histórico Mineiro

As primeiras políticas para atividades turísticas estiveram relacionadas com as “cidades das águas” e, posteriormente, com as “cidades históricas”. A busca para o tratamento terapêutico nas cidades da águas foi sem dúvida, o fator precedente do turismo em Minas (PEREIRA, 1999 p,129). A partir deste potencial turístico, por volta de 1875 surgiram as estâncias minerais. O Governo Geral, pré republicano, em finais do século XIX e início do XX, investiu melhorias de infra-estruturas para estas localidades. Podem-se considerar estes investimentos como ações precursoras das atividades turísticas em Minas Gerais.

Em 1933, o Decreto 22.928 elegeu a cidade de Ouro Preto como Patrimônio Nacional. É possível inferir que já existia um crescente interesse nas cidades históricas, como fonte de turismo e preservação do patrimônio cultural. Estas atividades ligadas à preservação patrimonial são precedentes para o turismo cultural, principalmente nas cidades históricas.

Seguindo as diretrizes do governo federal, em 1940, criou-se no estado a primeira menção legal ao turismo: a criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda - que abarcava também a atividade de publicidade e de turismo. Somente em 1950, as diretrizes de planejamento direcionaram para as cidades históricas (coloniais) como necessidade de investimento e prioridade cultural.

Em 1960, pelo Decreto 6.090, criou-se a Hidrominas – Águas Minerais do estado de Minas Gerais S/A. Esta empresa era responsável pela exploração da água e pelo incremento das atividades turísticas na região. Identifica-se, também, na década de 1960, algumas diretrizes específicas sobre a criação de órgãos relacionados ao turismo. O Conselho Estadual do Turismo e o Departamento do Turismo, ambos de criação pela Lei nº 2.452 em 1961 e vinculados a Secretaria de

Desenvolvimento Econômico, tinham como objetivo de propiciar estímulos a construção de hotéis no estado, por meio da isenção fiscal (SILVA JR., 2004, p. 42). Em 1967, por meio da Lei nº 4.665, se estabeleceu a possibilidade de execução de programas globais de obras públicas e planos diretores nos municípios das estâncias hidrominerais e cidades históricas. Neste momento, pode-se perceber a preocupação com o planejamento territorial possibilitando melhorias na infraestrutura da população local.

Em 1971, o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico (PMDE) apresenta um capítulo destinado às atividades turísticas. O aprimoramento do plano ocorreu em mais três fases, sendo o segundo em 1975, o terceiro no início dos anos oitenta e por fim, o último (quarto) em 1983. Todos os planos abordam o turismo (inserido no conteúdo como um todo). Dentro destes planos cabe ressaltar o II PMDE, que elaborou o Programa Mineiro de Turismo – Promitur. Para a administração e gestão deste plano foi implementado a Agência de Desenvolvimento Turístico – ADETUR, porém não se obteve êxito.

Em 1980, Ouro Preto é reconhecida pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Isto contribuiu para ressaltar a importância do patrimônio no âmbito mundial e valorizar o turismo como importante atividade econômica.

Com uma reestruturação no corpo administrativo do estado, em 1983, por meio da Lei nº 8.502, cria-se a SELT – Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo. A criação da Secretaria deu início também ao Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo. O sistema compõe-se da Turminas – Empresa Estadual de Turismo; a Prominas; a Hidrominas; a Superintendência de Turismo e o Conselho Estadual de Turismo. Em 1989 o turismo é inserido na Constituição do Estado de Minas Gerais, o que o leva a credibilidade de atividade econômica, de desenvolvimento econômico e de âmbito cultural.

No início da década de 1990 inicia-se o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. Em seu conteúdo definiu-se prioridades como a implantação de albergues e um cadastro único de turismo em Minas. Em 1994, por sua vez, é definida a política estadual de turismo. Dois órgãos em conjunto foram responsáveis pela política, o Planitur – Plano Integrado de desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais, que são o Conselho de Turismo, o Fundo de assistência ao Turismo – FASTUR. Porém estas políticas se limitaram ao papel.

Em 1999, por meio da lei nº 13.341, instaurou-se a Secretaria de Estado de Turismo – SETUR. Conforme o Artigo 19, a SETUR tem por finalidade “planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado”.

A Turminas – Empresa Mineira de Turismo – foi vinculada à nova Secretaria. A Turminas, como empresa pública, dinamizou as atividades para a Secretaria. Possuía, devido sua natureza jurídica, autonomia para realizar atividades sem tantos entraves burocráticos. Entretanto em 2003, por meio da Lei nº 14.892/2003, a Turminas passa a ser gerida pela CODEMIG - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

Tal como a criação do Ministério do Turismo, a Secretaria de Turismo também foi um marco no planejamento do turismo em Minas Gerais. A criação de um órgão autônomo elevou o patamar de decisão política para o turismo. A SETUR deu início a construção de uma política pública do turismo, embasada na descentralização, regionalização e participação. Cabe ressaltar que a política do estado condiz, também, com a política nacional do turismo. Estabeleceu-se uma metodologia de indução para determinadas localidades por meio de determinação dos espaços geográficos prioritários. Esta metodologia culminou na criação dos circuitos turísticos.

Os Circuitos Turísticos, definidos pelo Decreto Lei nº 43.321 de 2003, significam um “conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.”

Mesmo antes do próprio decreto definido, no período de 1999/2003, 47 circuitos já tinham sido induzidos, envolvendo cerca de 450 municípios (SETUR, 2003; TRINDADE; 2009, p. 30). Este processo somente foi possível devido à adoção da metodologia de construção participativa. A realização de oficinas nas 10 macrorregiões do estado possibilitou a construção e consolidação destes processos. Por mais importante que seja a criação de novos circuitos, é necessário, a estabilização e desenvolvimento dos circuitos já existentes. Um mecanismo possível para este equilíbrio é o processo de certificação. Entende-se que este processo

possibilita ao circuito maior qualificação para a gestão interna. Esta certificação, ainda, ajuda a criar uma melhor vinculação entre o órgão direto, a Secretaria, e os próprios circuitos. Em 2009 foram criados 56 circuitos ao todo, sendo apenas 42 certificados, entretanto, envolve cerca de 600 municípios⁶. (SETUR, 2009)

3.2 Política de descentralização

O conceito de descentralização pode ser entendido de várias maneiras. Entanto, para este estudo, definir-se-á descentralização como transferência de poder da unidade central de uma organização para suas unidades subalternas (CKAGNAZAROF, 2003). Explicitando melhor, a descentralização simplesmente é de um repasse de função. Por esta definição, pode-se também definir descentralização como desconcentração. Contudo, ambos os conceitos guardam suas pormenorizações.

Segundo Tobar a descentralização é “transferência de autoridade de planejamento e tomadas de decisão local” (TOBAR, 1991, p.31-51), por sua vez, o conceito de desconcentração infere que o repasse é apenas funcional (TEIXEIRA,1990. p.84, apud TOBAR, 1991), e não a co-responsabilização da tomada de decisão. No caso de políticas públicas a classificação entre as políticas de descentralização e desconcentração é muito tênue. Por esta razão adotar-se-á um conceito amplo que aborda ambas as definições.

Em termos gerais, a descentralização pós Constituição Federal de 1988 trouxe uma série de conseqüências para as estâncias governamentais. Os mecanismos previstos de descentralização da Carta Magna ampliaram o escopo de responsabilidade dos órgãos, seja pela própria autonomia orçamentária ou mesmo na gestão das políticas públicas. Principalmente, o planejamento e gerenciamento das políticas públicas tiveram conseqüências tanto nas estâncias políticas, como também, no âmbito local (ARRETCHE, 1999 apud TRINDADE, 2009). Acredita-se

⁶ Tanto o processo de circuitos turísticos como do numero de municípios não são exatos. Esta realidade, na verdade, depende em grande medida da dinâmica econômica externa da região. Estes processos voluntários, desta forma, dependem única e exclusivamente no circuito em questão e sua gestão. (TRINDADE, 2009, p. 1)

que os mecanismos descentralizadores da Constituição Federal forçaram um alinhamento das políticas públicas entre estas estâncias, antes não tão articuladas.

É possível perceber nas políticas públicas do Turismo este alinhamento quanto à gestão das políticas públicas. Tanto nos governos federais, quanto nos estaduais, a tendência da política pública é a descentralização para os municípios ou mesmo agentes articulados da sociedade civil. No âmbito federal o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT – busca esta descentralização para os municípios. Este repasse, normalmente, é realizado por meio de convênios entre o próprio Ministério do Turismo e os municípios. O mesmo pode-se afirmar das políticas públicas do estado. Há descentralização dos recursos e atividades para os municípios e os Circuitos Turísticos. Neste caso, os circuitos são agentes sociais organizados do setor turístico.

Entretanto, como já mencionado, muitas vezes esta descentralização não acompanha o processo de “autoridade e autonomia de decisão local”. Em ambas as esferas governamentais, a centralização do poder de decisão garante que haja, justamente, o alinhamento das políticas públicas. Explicitando melhor, a União ou o Estado, somente descentralizarão parte dos seus recursos (ou responsabilidades) quando lhe é conveniente. Neste ponto, por mais que se descentalizem recursos e funções o poder de decisão das políticas públicas ainda esta centralizado.

“(...) o velho e importante debate sobre autonomia política ou administrativa e sobre descentralização ou desconcentração não pode colocar-se hoje em termos antagônicos.” (BORJA 1984, p.13).

Em linhas gerais, a descentralização das políticas públicas, implica na co-responsabilização. Mesmo que não haja uma descentralização de decisão, a entidade receptora agora é, também, responsável pela função a que foi designada. Este mecanismo reforça o controle social para o cumprimento das políticas públicas. Neste ponto, além da coerção entre a sociedade civil e governo, haverá, também, uma coerção de controle interna entre órgãos.

No caso das políticas do turismo percebe-se uma tendência para a descentralização das políticas implementadas. Entretanto, parte desta descentralização é referente ao repasse de orçamento ou de função; o poder de decisão ainda está muito centralizado na estância federal. Este repasse pressupõe, também, co-responsabilizações entre os atores envolvidos. Esta responsabilização,

por sua vez, aperfeiçoa o controle e coerção social. Ou seja, mesmo que não haja poder decisório por parte dos agentes receptores, cabe a eles, o poder controlar e executar as políticas.

4 IMPACTOS NO TURISMO EM MINAS GERAIS A PARTIR DO ESTUDO DE VARIÁVEIS ECONÔMICAS

O objeto de estudo deste capítulo é mensurar parte da economia dos impactos econômicos do turismo em Minas. Como já discorrido anteriormente, o turismo é um campo promissor na economia mundial e, por esta razão, deve buscar sempre o acompanhamento e mensuração de seus efeitos. O estudo deste acompanhamento pode ser realizado de diversas formas, como exemplo, recorrendo à metodologia da estatística do turismo, utilizada pela EMBRATUR. Segundo o Instituto, pode-se mensurar a atividade turística contabilizando:

- A. Receita e despesa cambial turística do Brasil;
- B. Perfil do turista estrangeiro;
- C. Movimento nos aeroportos;
- D. Equipamentos e serviços turísticos cadastrados na EMBRATUR;
- E. Indicadores da hotelaria (HIA – Hotel Investment Advisors);
- F. Locação de automóveis;
- G. Mão-de-obra empregada no setor turismo. (EMBRATUR, 2005)

Atualmente, a EMBRATUR, órgão responsável por acoplar e organizar estes dados publica constantemente estas estatísticas. Deste modo, a repetição deste mesmo estudo não se justificaria para o objetivo de mensurar o impacto do turismo. Por esta razão, optou-se por utilizar outro método de análise do impacto. Será empregado apenas o indicador de emprego e renda do turismo em conjunto com algumas variáveis econômicas. A variabilidade de estudos econômicos propicia ampliar o escopo de conhecimento acadêmico e propicia maior discussão sobre a temática.

Outro dado importante de mensuração são os gastos públicos com o setor turístico. As políticas públicas do turismo têm o intuito de alavancar o turismo promovendo o seu crescimento, tanto econômico como social. Há varias maneiras de incentivar os setores turísticos, entretanto, grande parte destas medidas é de

difícil complexidade. As políticas públicas que tangem o setor financeiro são mais fáceis de mensurar. Partindo deste cenário abrangente e complexo, elegeu-se estudar e identificar os impactos sobre o emprego e renda local das transferências de recursos do Ministério do Turismo.

A transferência de recurso impacta diretamente no setor econômico da localidade, seja pelo simples aumento de verba por parte do beneficiário ou pelo aumento efetivo da mão-de-obra local. Outro benefício considerável desta política é sua mensuração, pois de forma clara e objetiva, podem-se acompanhar estes dados⁷.

Dentro das modalidades de repasse financeiro que a União esta apta a realizar, destacam duas:

- A. Transferência direta de recurso: a modalidade de transferência direta garante que 25% do recurso da união serão transferidos para os Estados e 18% repassados aos municípios. Os critérios de repasse para cada estado e município estão definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, datada em 2003, e pela Constituição Federal de 1998;
- B. Convênios: a modalidade de convênio tem o principio básico da descentralização do recurso público. Os recursos são repassados por meio deste instrumento jurídico para a realização de um objeto específico. Diferentemente da modalidade acima, os recursos na modalidade convênio já estão comprometidos antes mesmo de sua liberação, ou seja, o beneficiário do recurso não poderá utilizar este recurso com outra finalidade, se não aquela especificada pelo termo jurídico do convênio. Outra vantagem dos convênios é sua flexibilidade quanto ao beneficiário. Enquanto as transferências diretas atendem somente a administração pública, os convênios permitem que outras entidades, mesmo de natureza privada, recebam este recurso.

⁷ Todos os dados sobre transferências de recursos estão relacionados no Portal da Transparência da Corregedoria Geral da União (CGU). No portal acompanha-se a execução e o orçamento de todos os órgãos da união, inclusive as transferências de recursos. O Portal foi fruto da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê transparências das informações da contabilidade pública no Brasil.

Exceto pelas rubricas defendidas pela Constituição⁸, o repasse direto de recurso não garante que haverá orçamento para todas as políticas, como exemplo do turismo. As entidades públicas têm autonomia gerencial para definirem suas prioridades, e conseqüentemente, seu orçamento. Desta forma, as contas orçamentárias dos municípios não estão iguais, o que dificulta, e muito, classificá-las e principalmente, segregá-las. Neste sentido trabalhar com as rubricas públicas de qualquer setor é um estudo muito complicado e deve ser considerado individualmente.

Por sua vez, os repasses pela modalidade de convênio (definidos por rubricas específicas) são de fácil mensuração. A natureza econômica do bem do convenio é determinada antes de seu repasse, desta forma, garante-se certa homogeneidade dos dados. Outra vantagem do convenio é sua especificidade. O órgão somente é apto a realizar convênios de sua competência, ou seja, o MTur somente poderá realizar convênios se o objeto do conveniado tiver relevância turística. Partindo desta lógica, optou-se por analisar apenas os dados dos convênios municipais a luz dos indicadores sociais que tange o estudo do turismo. Em suma, o intuito desta junção é observar como as atividades do turismo e as transferências governamentais impactam no bem estar social⁹ de Minas Gerais.

De forma genérica, o estudo enfatizará duas principais linhas de estudo. A primeira um panorama dos convênios que o Ministério do Turismo realizou deste o ano de 1996 até o ano de 2010, juntamente com a série histórica de emprego e renda para as atividades do turismo. E a segunda linha de pesquisa sobre o impacto destes convênios nos indicadores social no Estado de Minas Gerais. Este impacto será mensurado por meio de análise econométrica

4.1 Panorama a atividade turística em Minas Gerais

⁸ A constituição garante que 5% do orçamento público sejam repassados para os gastos com a saúde pública.

⁹ Para mensurar o bem estar social de uma localidade, é necessário um acompanhamento de diversos fatores que influem neste conceito. Infelizmente, para um estudo de conclusão de curso, este tema tão complexo não será detalhado. Utilizar-se-á apenas alguns indicadores do IMRS para esta mensuração. Desta forma, pode-se apenas inferir sobre a qualidade do bem estar social.

O Brasil investe pouco em turismo. O orçamento destinado a turismo (MTur) é um dos menores dentre os demais órgãos administrativo. Como demonstra a tabela I a receita orçamentária do Ministério é da ordem de 0,003% (dados comparativos de receitas provindos do Portal das Transparências) do orçamento total. Considerando a importância do setor na economia o orçamento para o turismo ainda é incipiente. Comparando ainda, os dados do ano de 2009 e 2010, houve um corte de 15,45% no orçamento do Ministério. Em contraponto, há um aumento de gasto público na ordem de 11,68%. No entanto, a atividade turística continua a crescer em todos os setores.

Tabela I – Previsão orçamentária da receita para os órgãos diretos da União nos anos de 2009 e 2010

Órgão	Previsão orçamentária de receita				
	2009	%	2010	%	Varição 2010/2009
TODOS OS ÓRGÃOS	R\$ 1.584.953.815.939,56	100,000%	R\$ 1.770.154.501.138,09	100,000%	11,68%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	R\$ 3.108.934.297,00	0,196%	R\$ 3.165.742.074,00	0,196%	1,83%
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	R\$ 5.406.665.981,06	0,341%	R\$ 5.967.936.650,09	0,341%	10,38%
MINISTERIO DA CULTURA	R\$ 257.373.835,00	0,016%	R\$ 218.066.043,00	0,016%	-15,27%
MINISTERIO DA DEFESA	R\$ 5.293.811.641,00	0,334%	R\$ 6.262.099.626,00	0,334%	18,29%
MINISTERIO DA EDUCACAO	R\$ 35.108.006.876,00	2,215%	R\$ 43.538.559.046,00	2,215%	24,01%
MINISTERIO DA FAZENDA	R\$ 1.254.951.504.643,00	79,179%	R\$ 1.411.524.259.793,00	79,179%	12,48%
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	R\$ 7.516.824.370,00	0,474%	R\$ 7.527.851.520,00	0,474%	0,15%
MINISTERIO DA JUSTICA	R\$ 1.032.507.467,50	0,065%	R\$ 944.464.467,00	0,065%	-8,53%
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA *	-	-	R\$ 1.840.200,00	0,065%	-
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 188.350.336.301,00	11,884%	R\$ 205.050.938.710,00	11,884%	8,87%
MINISTERIO DA SAUDE	R\$ 3.429.422.656,00	0,216%	R\$ 3.213.358.956,00	0,216%	-6,30%
MINISTERIO DAS CIDADES	R\$ 782.529.934,00	0,049%	R\$ 778.931.738,00	0,049%	-0,46%
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	R\$ 5.546.053.610,00	0,350%	R\$ 5.311.168.820,00	0,350%	-4,24%
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	R\$ 126.991.384,00	0,008%	R\$ 139.076.437,00	0,008%	9,52%
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	R\$ 24.003.829.071,00	1,514%	R\$ 24.555.310.528,00	1,514%	2,30%
MINISTERIO DO DESENV. IND. E COMERCIO EXTERIOR	R\$ 2.194.574.897,00	0,138%	R\$ 1.691.057.854,00	0,138%	-22,94%
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	R\$ 133.523.171,00	0,008%	R\$ 129.325.499,00	0,008%	-3,14%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	R\$ 1.811.939.813,00	0,114%	R\$ 1.389.746.288,00	0,114%	-23,30%
MINISTERIO DO ESPORTE	R\$ 213.051.793,00	0,013%	R\$ 212.619.504,00	0,013%	-0,20%
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	R\$ 2.014.482.880,00	0,127%	R\$ 2.016.317.638,00	0,127%	0,09%
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	R\$ 135.718.791,00	0,009%	R\$ 117.563.298,00	0,009%	-13,38%
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	R\$ 39.502.081.448,00	2,492%	R\$ 42.078.132.597,00	2,492%	6,52%
MINISTERIO DO TURISMO	R\$ 39.863.769,00	0,003%	R\$ 33.703.125,00	0,003%	-15,45%
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	R\$ 3.741.264.230,00	0,236%	R\$ 3.892.397.119,00	0,236%	4,04%

Fonte: Controladoria Geral da União – Portal da Transparência, 2010

Nota: *O Ministério da Pesca e Aquicultura foi criado apenas em 2010, logo não possui fonte orçamentária para o ano de 2009.

Já Minas Gerais em 2008 apresentou um crescimento substancial em seus equipamentos e prestadores de serviços especializados em turismo. Em 2006, o número de agências não passava de trezentas unidades, em 2008, o número de estabelecimentos registrados chegou a 765 - representando um aumento de 266,55%. Outra inferência importante deste crescimento é a comparação das agências mineiras com o total das agências no Brasil. Em 2008, Minas Gerais representou 9,16% das agências de todo o país, somente perdendo para São Paulo e Rio de Janeiro, 30,45% e 10,96%, respectivamente. Este dado é significativo comparado a todo o país. Hoje o sudeste representa 51,81% destes equipamentos em todo o país (EMBRATUR, 2010).

Ainda no crescimento dos equipamentos turísticos, outro dado relevante é o número de meios de hospedagem registrados na Embratur. Minas Gerais também apontou um crescimento substancial na variação dos anos de 2006 a 2008. Houve um aumento de mais de 300% no número de estabelecimentos. Em 2008 o Estado de Minas Gerais representou 15% da rede hoteleira do Brasil. O único estado que apresenta mais hotéis é curiosamente, o Rio de Janeiro, com 17% dos hotéis no Brasil. (EMBRATUR, 2010)

Em conjunto a estes dados, é necessário, também acompanhar o crescimento do emprego e renda no setor turístico. A próxima seção detalhará a atividade turística no Estado de Minas Gerais

4.2 Emprego e Renda em Minas Gerais

O acompanhamento do emprego e da renda é um excelente indicador de crescimento econômico. O indicador abrange todas as áreas da economia, o que facilita a comparação com outros setores. No trabalho em questão será abordado o acompanhamento do setor turístico.

4.2.1 Classificação das atividades turísticas

A classificação do setor turístico torna-se um desafio para a extração dos dados de emprego e renda, pois:

- A. A atividade turística interfere em vários setores. Desta forma, ao mensurar determinadas atividades, corre-se o risco de acrescentar ou perder atividades. Desta forma, isto geraria uma informação enviesada.
- B. Os órgãos internacionais elaboraram uma classificação das atividades do turismo, a SICTA – Standart Internacional classification of tourist activities, aprovada em 2007. Entretanto, há muitas atividades que não se correlacionam a esta classificação. Outro grande problema é quanto à base de dados brasileira. Os dados de emprego e renda obtiveram um maior detalhamento somente em 2006, com a instituição da CNAE 2.0 – o que torna a classificação ainda mais complicada.

Aceitando estes por menores, foi utilizada uma classificação elaborada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, elaborada para o estudo “Sistema de Informação sobre o mercado de trabalho do setor turístico” no ano 2003. Dentro da classificação o instituto também separa em duas diretrizes de atividades econômicas, o “núcleo duro” (*hard-core*) que compõe das atividades tipicamente turísticas¹⁰, que são:

- A. Transporte (excluindo cargas e transportes urbanos);
- B. Atividades do turismo (agencias);
- C. Hotelaria.

Entretanto, sabe-se que o turismo necessita também de outras infra-estruturas para seu desenvolvimento, e conseqüentemente, pode influenciá-las. Desta forma, determinaram-se as atividades parcialmente turísticas¹¹ que são:

- A. Alimentação;
- B. Lazer.

¹⁰ As atividades tipicamente turísticas são aquelas que sem a atividade do turismo não iriam existir. (IPEA, 2003)

¹¹ As atividades parcialmente turísticas são aquelas que sofreram impactos caso o turismo não existia. (IPEA, 2003)

Para o acompanhamento do mercado de trabalho no setor turístico optou-se por trabalhar com todas as atividades, tipicamente e parcialmente turística. Com esta junção é possível uma aproximação da atividade turística no Estado de Minas Gerais.

4.2.2 Dados: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

A RAIS é uma base de dados com registros administrativos, de natureza operativa, sobre as relações formais trabalhistas. É um levantamento de caráter censual que:

“obriga todas as unidades (estabelecimentos e pessoas físicas) que empregam mão-de-obra com vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), servidores públicos da administração direta e de fundações, e outros (avulsos, diretores, temporários, aprendizes) a apresentar declaração anual contendo a relação individual dos vínculos vigentes em 31-12, bem como daqueles que foram extintos ao longo do ano de referência dos dados.” (IPEA, 2003, p. 15)

Contudo qualquer registro administrativo é passível de erro. Omissões de vínculos, atrasados ou erros ou mesmo a ausência das declarações, podem ocasionar, por ventura, alguns equívocos na base de dados. Apesar destas restrições, a RAIS constitui um levantamento importante para o acompanhamento do mercado de trabalho. Do ponto de vista estatístico a base da RAIS é muito rica, pois possibilita informações quantitativas e qualitativas sobre a dinâmica do emprego, e principalmente, consegue desagregar o emprego para as atividades econômicas da CNAE¹² - Classificação Nacional das Atividades Econômicas.

Dado esta base, utilizar-se-á para o acompanhamento do mercado de trabalho dois temas principais, o número de empregos vigentes e a renda média anual em salários mínimos por trabalhador. Estes dados serão determinados para as

¹² Classificação criada para as atividades econômica. As classificações da CNAE 95 e CNAE 1.0 apresentam um nível de detalhamento de quinta ordem (setores do IBGE, seção, divisão, grupo e classes). A classificação CNAE 2.0, utilizada atualmente, acrescenta-se mais uma subclassificação.

atividades específicas do turismo¹³. Para ampliar a série histórica de dados ponderou-se com duas classificações, a CNAE 95, para os anos 1996 – 2005, e a CNAE 2.0, para os anos 2006 – 2008. O anexo II trará a relação de todas as atividades econômicas do setor turístico para as duas classificações, com seu respectivo código e grandes grupos (transportes, hotelaria, alimentação, serviços específicos). A classificação da CNAE 95 foi extraída do estudo do IPEA já citado. Uma vez feito isto, foi possível utilizar a classificação da CNAE 2.0 - através da identidade de classes entre esta e a CNAE 95.

Para facilitar a leitura dos dados foram tomadas duas medidas. A primeira, acoplar as atividades econômicas nos cinco grandes grupos:

- A. Transporte (excluindo cargas e transportes urbanos);
- B. Atividades do turismo (agências);
- C. Hotelaria.
- D. Alimentação;
- E. Lazer.

E a adoção da Região de Planejamento (PR)¹⁴ do estado de Minas Gerais em detrimento dos municípios.

- 1. Região Central
- 2. Zona da Mata mineira
- 3. Sul de Minas
- 4. Triângulo mineiro
- 5. Alto Paranaíba
- 6. Centro Oeste
- 7. Noroeste de Minas
- 8. Norte de Minas
- 9. Jequitinhonha/Mucuri
- 10. Vale do Rio Doce

Deste modo, a leitura dos dados torna-se mais amigável. A próxima seção abordará os resultados do emprego e renda da atividade turística. Os dados têm

¹³ Detalhamento das classes nas categorias econômicas do turismo.

¹⁴ A regionalização de planejamento, criada com a finalidade administrativa desde 1985, divide o estado de Minas Gerais em dez macrorregiões. Os dados em Minas Gerais seguem esta metodologia de análise. Desta forma, a correlação de dados torna-se de maneira mais fácil, comparada a classificação do IBGE, que contém, ao todo, 12 macrorregiões.

como série histórica os anos de 1996 a 2009. Apresentando uma variação de crescimento com base no ano de 1996.

4.2.3 Resultados

A atividade turística gerou em Minas Gerais 251.168 postos de trabalho em 2009. A região central ainda abarca o maior número 143.093 postos de trabalho. A segunda região que se destaca é a região Sul, que consta 25.509 postos. A região que apresentou o menor número foi à região Noroeste de Minas, que registrou 2.602 postos, seguida da região do Jequitinhonha/Mucuri, com 3.537 postos (Tabela completa no Apêndice I).

O nível de postos de trabalho cresceu consideravelmente. Considerando todo o estado de Minas Gerais, houve um aumento de 39,8% nos postos de trabalho, sendo os anos 1996 (base) e 2009 (final). Como mostra o Gráfico 1 a região que mais cresceu foi a Noroeste de Minas, com um percentual de 183,4% e a única região que decresceu neste período foi a Zona da Mata, que reduziu em 3,4% seus postos de trabalho.

Ainda sobre o crescimento dos postos de trabalho é possível acompanhar sua evolução no Gráfico 2. Este gráfico exclui da Região Central para facilitar a visualização dos outros dados. A região do Sul de Minas apresenta um crescimento vertiginoso nas atividades do turismo. A região da Mata, apesar de sua variação negativa comparada a 1996, apresenta uma retomada no crescimento de seus índices. Curiosamente, as tendências dos dados mostram que após a criação da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, os índices obtiveram uma melhora.

Dentro das atividades turísticas, podem-se criar três grupos de regiões de planejamento. A primeira a região Central mostra um desempenho muito aquém das demais regiões. O segundo grupo é composto das regiões, do Sul de Minas, Zona da Mata, Triangulo e Rio Doce. Estas regiões possuem um crescimento compatível, sendo superior ao das demais regiões. E por fim, as demais regiões, que não

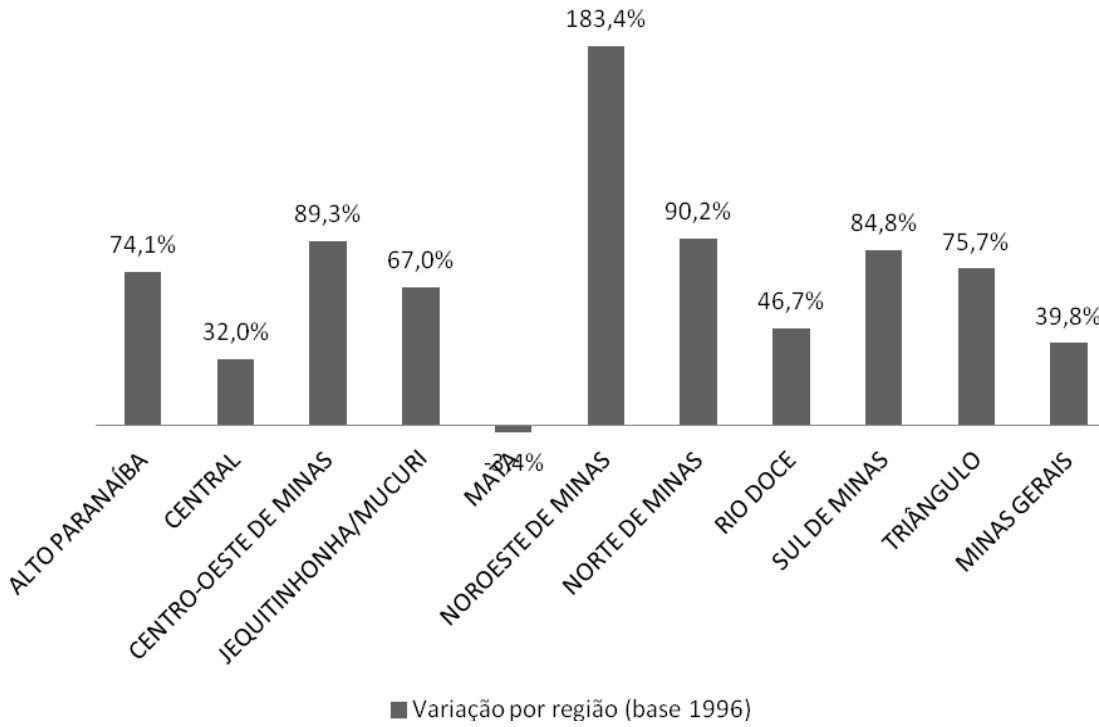
representam um número expressivo dos postos de trabalho e não apresentam grandes evoluções.

Por sua vez, a renda não acompanha a mesma dinâmica do emprego. Metade das regiões apresentou uma redução quanto a média de salários pagos às atividades do turismo. Uma conclusão pode-se inferir sobre este fato; a queda do número de salários mínimos pode estar relacionada com o aumento do emprego no setor. Esta expansão se daria com a mão-de-obra menos qualificada e menos produtiva (com menor remuneração), levando à queda do salário médio pelo setor. Ao contrário da queda da média do salário, esta relação também é válida para o crescimento. Como exemplo, pode-se citar a Zona da Mata. Há um aumento de salários mínimos pagos a atividade do turismo, isto pode inferir que há uma demanda maior de postos de trabalho que a oferta de mão-de-obra ou ainda, uma maior especificidade da mão-de-obra local. O Gráfico 3 apresenta a variação da renda para os anos de 1996 e 2009.

E por fim, relação entre o emprego e renda em conjunto. O gráfico 4 mostra que apesar do aumento dos postos de trabalho a renda média acumulada praticamente se mantém, exceto a regionalização da Zona da Mata. Percebe-se que nesta região houve uma redução brusca do valor acumulado.

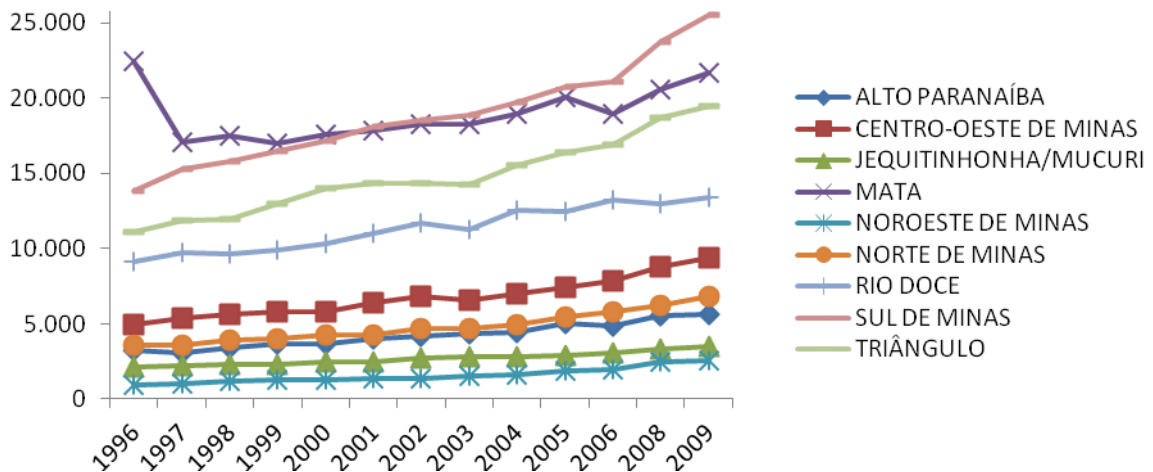
Concluindo, o mercado de trabalho do setor turístico evoluiu em número de postos trabalhados, entanto, este crescimento não impactou em grande medida na renda média gerada por estes postos de trabalho.

Gráfico I – Variação dos postos de trabalho em Minas Gerais e Regiões de Planejamento para as atividades do setor turístico – Período de 1996 a 2009 (Ano-base 1996)



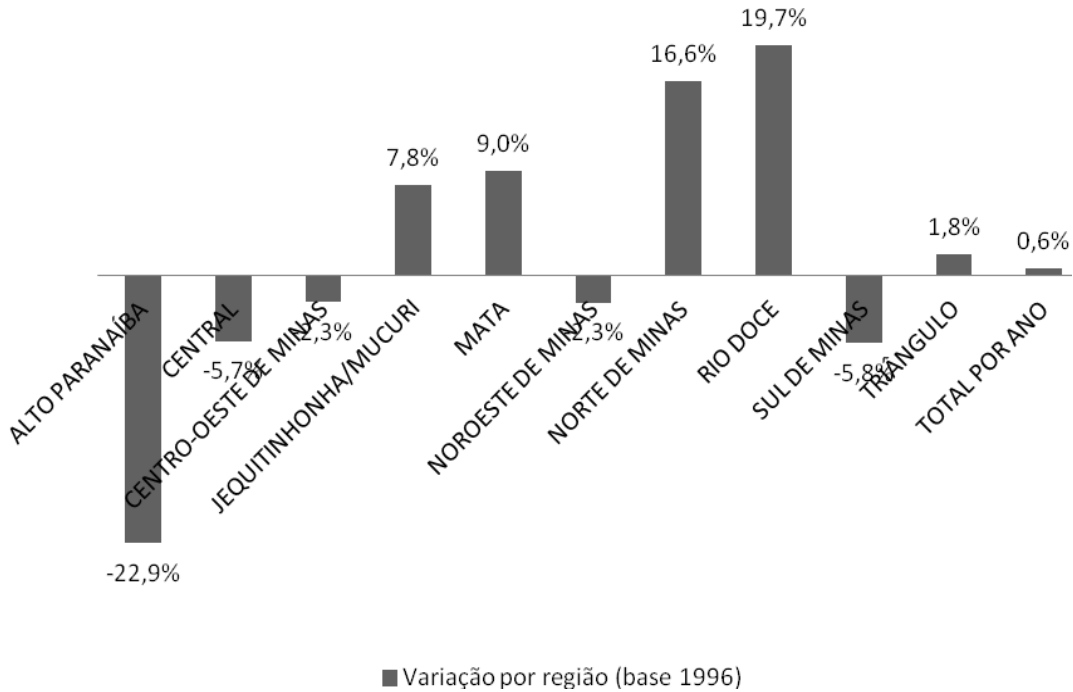
Fonte: RAIS

Gráfico II – Evolução Histórica dos postos de trabalho nas Regiões de Planejamento, exceto a Central, para as atividades do setor turístico – Período de 1996 a 2009



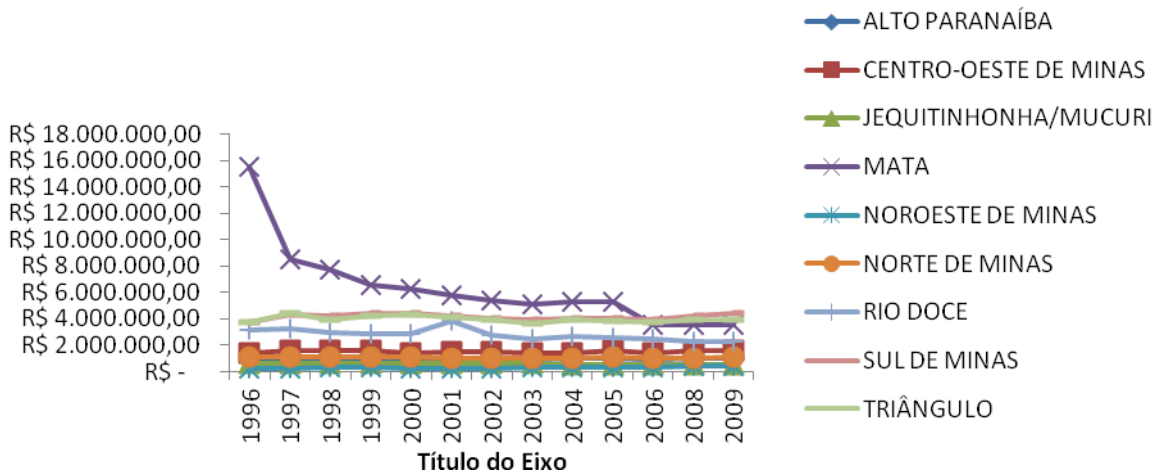
Fonte: RAIS

Gráfico III - Variação de quantidade de salários mínimos pagos em Minas Gerais e Regiões de Planejamento para as atividades do setor turístico – Período de 1996 a 2009 (Ano-base 1996)



Fonte: RAIS

Gráfico IV - Evolução Histórica do valor acumulado de salários para as Regiões de Planejamento, exceto a Central, para as atividades do setor turístico – Período de 1996 a 2009



Fonte: RAIS

4.3 Transferências do MTur para Minas Gerais

O estudo das transferências governamentais da união tem duas importantes vertentes para o estudo da natureza econômica do turismo. A primeira é a descentralização do recurso. Esta descentralização, como já comentado, auxilia na dinâmica econômica. E a segunda é a natureza do investimento e sua localização. Partindo das transferências, é possível traçar um perfil deste gasto público. Desta forma, o estudo abordará quatro temáticas, sendo elas:

- Entidade receptora do recurso;
- Objeto pactuado;
- Valor do convenio;
- Valor do repasse do convênio.

Espera-se com estas variáveis possa compreender um pouco do que se investe em turismo em Minas Gerais.

4.3.1 Classificação dos convênios

Tal como o estudo do mercado de trabalho das atividades do turismo, é necessário classificar também os convênios. Esta classificação se deu de forma bastante simples. Isto significa que todos os convênios que estão listados remetem a atividade turística. Partindo desta análise, é possível também, relacioná-los quanto à natureza do beneficiário do convênio. Foram identificados oito tipos de entidades jurídicas. Dentro destas classificações pode-se concatená-las em duas grandes categorias, as entidades de direito público e direito privado.

Direito Público

Direito Privado

Administração pública estadual

Instituto

Administração pública municipal

Associação

Autarquia públicas

Sindicato¹⁵

Empresa pública

Fundação¹⁶

Outra classificação utilizada no estudo foi quanto ao objeto conveniado.

- A. Aquisição de equipamento: aquisição de algum equipamento (ou sistema operacional) para a atividade fim do turismo.
- B. Capacitação: Financiamento de capacitação das atividades fins do turismo.
- C. Divulgação: Financiamento para divulgação de eventos ou mesmo promoção de determinadas localidades.
- D. Elaboração de planos: Financiamento de elaboração de planos.
- E. Evento: Promoção de evento.
- F. Infra-estrutura: Esta categoria abarca um grande número de atividades. Toda e qualquer relação com infra-estrutura física do turismo esta enquadrada neste item. Alguns exemplos são: recapeamento de rua, asfaltamento, construção de centro cultural, entre outros.
- G. Projeto: Assim como a infra-estrutura, todo e qualquer projeto que não tenha especificação suficiente nos dados do convênio ou tratam de assuntos específicos do turismo foram considerados projetos.
- H. Sinalização turística: e por fim, a sinalização que envolve os projetos de sinalização turística e da construção do portal da cidade.

As classificações são importantes para revelar o comportamento do gasto do turismo. Entretanto esta classificação, em algumas partes, é um pouco subjetiva. Isto ocorre devido à falta de padronização da informação da Controladoria Geral da União – CGU – e a falta de informação. Todos os convênios foram julgados apenas pelo título (finalidade) descrito no Portal da Transferência. Para uma investigação mais precisa dos convênios é necessário que se tenha acesso privilegiado a cada convênio. Como o objeto de estudo é um panorama em Minas Gerais, esta classificação e estas informações são suficientes.

¹⁵ Há um debate jurídico que qual seria a classificação jurídica dos sindicatos. Como o objeto do estudo é somente uma separação entre público e privado, optou-se direcioná-la para o direito privado, como entidade jurídica o direito social.

¹⁶ A Fundação pode ser considerada uma autarquia pública, entretanto, na tentativa de desagregar, ao máximo, estas finalidades, optou-se por separar estas classificações

E por fim, o estudo contemplará a parte orçamentária dos convênios, objetivando responder a tais perguntas:

- Quanto conveniado;
- Quanto foi liberado;
- Qual a média dos convênios
- Qual região é a mais contemplada (exceto a região central) e qual a região menos contemplada.

Ao fim, espera-se um panorama-resumo de todos os convênios listados.

4.3.2 Dados: Portal da Transparência – CGU

Os dados do convênio foram retirados do Portal da Transparência que é de responsabilidade da Controladoria Geral da União - CGU. Os convênios estão listados desde 1996 a 2010. Mesmo antes da criação do Ministério do Turismo, em 2003, já se realizava convênios para a atividade turística. Este portal, além do acompanhamento dos municípios, é utilizado para dar maior transparência à contas públicas da união.

Os dados foram extraídos no dia 22 de setembro de 2010. Por esta razão, os convênios que foram finalizados *a posteriori* desta data foram desconsiderados para este estudo. As tabelas referente aos convênios encontra-se no apêndice ao estudo (Apêndice II).

4.3.3 Resultados

Os recursos dos convênios para Minas Gerais ainda esta concentrado em grande parte nas mãos do poder público. Como se percebe no Gráfico 5 89,36% dos convênios foram destinados a entidades públicas. Desta forma, pode-se inferir que o recurso foi descentralizado da União, entretanto, ainda permanece, em grande parte, no poder público (de administração direta ou indireta).

Partindo desta análise, há duas hipóteses deste fato:

- A. A falta de especialização das entidades de direito privado não permite que estas apresentem articulação e organização suficiente para a aprovação de projetos junto como Ministério do Turismo. Este pressuposto indica que há necessidade de mais capacitação das entidades que desenvolvem o turismo local.
- B. A segunda hipótese é quanto à própria política. A tendência de descentralização esta ligada mais ao repasse de verba municipal e estadual (Gráfico 6) que aos demais órgãos. Estes órgãos, por sua vez, que seriam responsáveis pelo repasse as entidades locais. Esta política esta mais correlacionada a política do PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo em 1994.

Entretanto, a descentralização dos recursos para os municípios individualmente vai de encontro com a política de regionalização do próprio estado de Minas Gerais. A individualização do município enfraquece o poder da ação regionalizada e focaliza o recurso em determinadas ações, e não no fortalecimento dos circuitos os quais o município está inserido. Para testar isto, caberia um estudo mais sistemático quanto ao real destino. Entretanto, para isto, seria necessário o detalhamento das rubricas de cada convênio, o que não é o objeto do estudo em questão.

Analisando o objeto conveniado, percebe-se que 62% (Gráfico 7) do recurso é destinado a infra-estrutura turística. Quando se observa separadamente, grande parte desta infra-estrutura remete-se a obras urbanas. Estas intervenções urbanas são em grande parte, para revitalização de praças, calçamento de ruas ou mesmo a construção de centros culturais. Destacam-se poucas obras de revitalização de rodoviárias. A principal critica quanto a este repasse é:

Em que medida esta infra-estrutura primária é de responsabilidade do turismo? E mais, o que esta infra-estrutura aumenta o turismo na região?

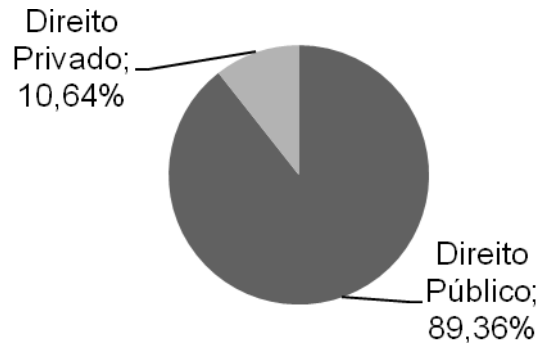
Devem-se questionar estas medidas para uma análise dos recursos. Pode-se atribuir a responsabilidade da infra-estrutura urbana ao Ministério das Cidades ou mesmo ao Ministério do Transportes. Ambos têm um orçamento de superior ao Ministério do Turismo, sendo 20% e 94%, respectivamente (Tabela I). Ou as obras de construção de centros culturais ou revitalização de praças que poderiam ser

operacionalizadas pelo Ministério da Cultura. Este Ministério além de obter um orçamento superior de 6% do MTur, conta com a participação da Lei Rouanet, que utiliza-se de renúncia fiscal para obtenção de recurso.

A estruturação do ambiente para o turismo é de extrema importância para fomentação do turismo local, entretanto, cabe definir o que é prioridade turística ou não. Caso não se defina, o Ministério do Turismo cederá recursos para outras atividades, que não turismo, e não cumprirá assim, sua finalidade. Percebe-se que apenas 11% (Gráfico 7) do recurso total são destinados a outras finalidades, excluindo obras e eventos. Este fato aponta que ainda há desconhecimento do potencial das atividades turísticas, e o que são de responsabilidades das mesmas. Sem este conhecimento da abrangência do turismo, o ciclo dos gastos do turismo não se alterará; os municípios (ou órgãos locais) exigirão do MTur apenas verbas para infra-estrutura e eventos e não, para as atividades que iram efetivamente fomentar suas atividades turísticas.

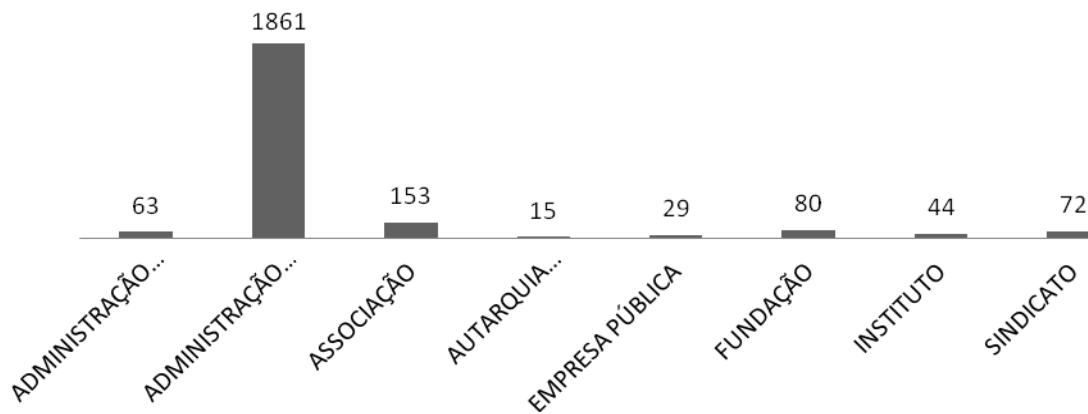
E por fim, a parte orçamentária dos convênios. Como se percebe no Gráfico 8 há um crescimento vertiginosos dos convênios executados pós 2003. Este fato, logicamente, é devido ao fato da criação do Ministério, no mesmo ano. Outro fator importante é quanto a porcentagem de aproveitamento dos convênios. Em Minas Gerais há um repasse, em média, de 80% do recurso aprovado no Ministério, exceto da Região Central, com particularidade Belo Horizonte. Este fato é devido ao alto valor orçamentário e sua amplitude (os órgãos estaduais estão contemplados no município de Belo Horizonte). Pode-se observar também que o maior número de convênios e com maiores valores são destinados aos municípios para a infra-estrutura urbana.

Gráfico V – Distribuição dos convênios entre entidades de direito público e direito privado em Minas Gerais, no período de 1996 a 2010



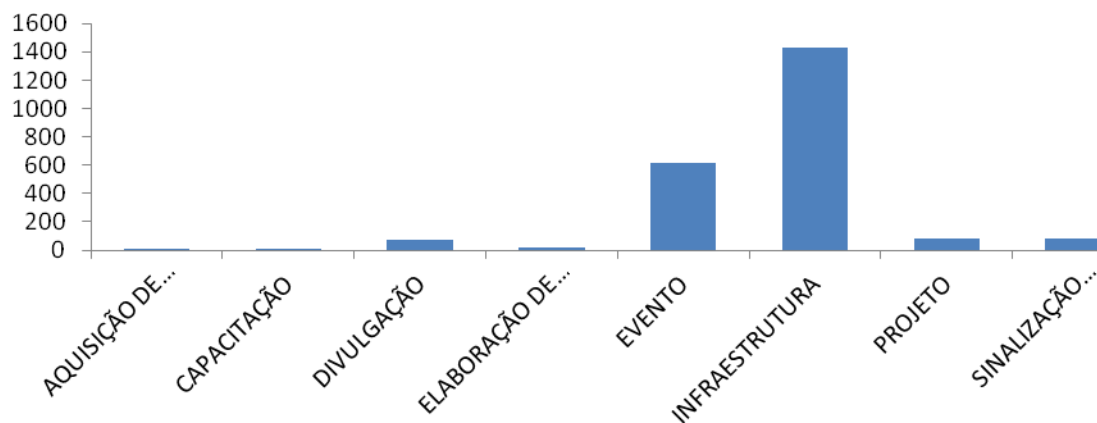
Fonte: Portal das Transparências, elaboração própria

Gráfico VI – Distribuição dos convênios entre as oito entidades jurídicas em Minas Gerais, no período de 1996 a 2010



Fonte: Portal das Transparências, elaboração própria

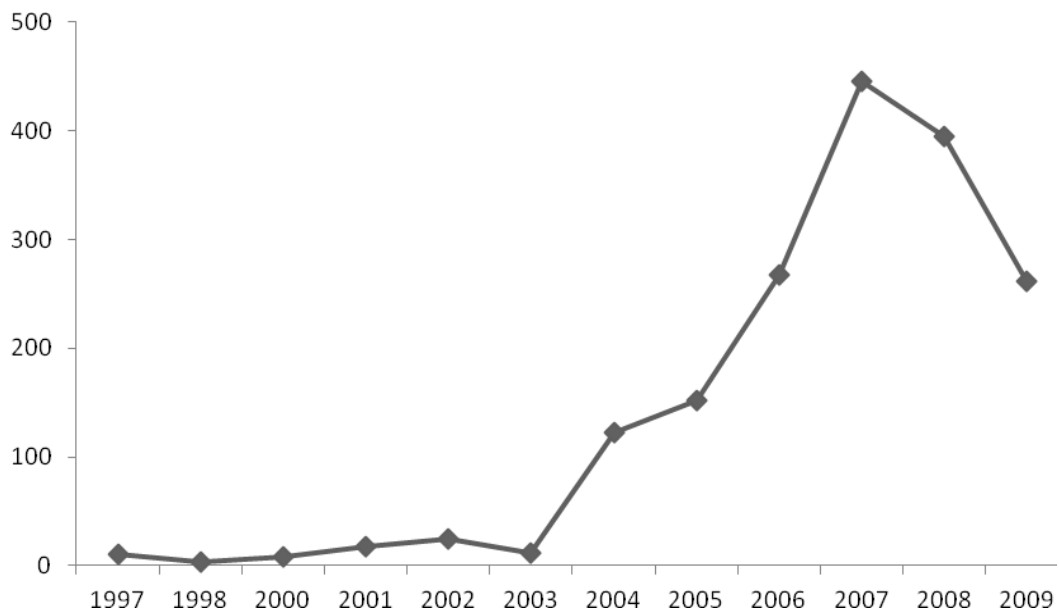
Gráfico VII – Distribuição dos convênios por objeto conveniado em Minas Gerais, no período de 1996 a 2010



Fonte: Portal das Transparências, elaboração própria

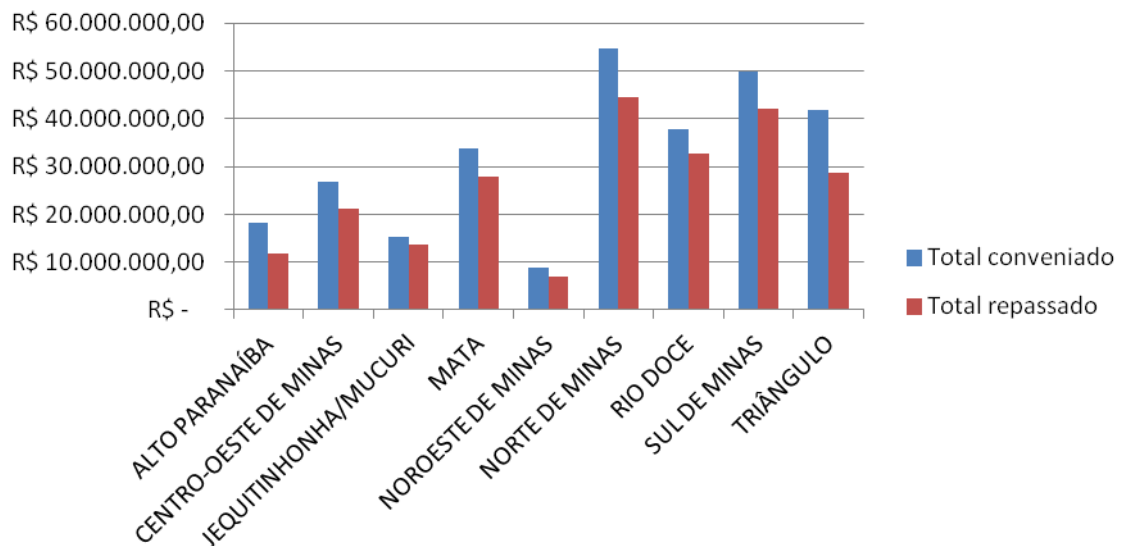
F

Gráfico VIII – Distribuição dos convênios executados em Minas Gerais nos anos de 1996 a 2009



Fonte: Controladoria Geral da União

Gráfico IX – Distribuição do total dos valores dos convênios por Região de Planejamento, exceto a Região Central, e valor repassado, no período de 1996 e 2009



Fonte: Controladoria Geral da União

4.4 Impacto dos convênios do MTur nas atividades do turístico

Este estudo busca estimar a correlação entre os convênios e o fomento das atividades turísticas. Acredita-se que os convênios têm a incumbência de fomentar a atividade turística na localidade onde foi destinado. Um bom mensurador deste fomento é o próprio mercado de trabalho do turismo. Desta forma, por meio de uma relação econométrica, buscou-se identificar este resultado.

Esperava-se com este estudo uma inferência sobre o impacto do turismo em Minas Gerais, como um todo. Acredita-se que o turismo será um fomentador de serviços nos próximos anos, mas há poucos estudos referentes a este fato. É necessário buscar correlações entre as informações e atividades do turismo, para que haja um maior entendimento dos efeitos e conseqüências do turismo. No primeiro capítulo ressaltou-se os aspectos de degradação social proveniente do próprio turismo. Isto somente foi possível constatar por meio de pesquisas e relacionamento dos dados. Em suma, é necessário observar, além das atividades específicas do turismo outros indicadores socioeconômicos.

Desta forma, o estudo tem a seguinte hipótese:

HÁ UMA CORRELAÇÃO **POSITIVA** ENTRE OS CONVÊNIOS E O AMBIENTE SOCIO ECONÔMICO?

4.4.1 Método do estudo

Para se identificar as possíveis relações existentes entre os valores conveniados e as economias locais, fez-se uma série de exercícios econométricos. Nestes, buscou-se identificar os efeitos dos montantes transferidos pelo Ministério e o nível de emprego e renda gerada nos setores relacionados ao turismo, descritos anteriormente.

A equação estimada apresenta o seguinte formato,

$$Y_{it} = \alpha + \beta_1 \text{Convênio}_{it} + \beta_2 \text{Convênio}_{it-1} + \beta_3 \text{Convênio}_{it-3} + \delta_1 \text{PIB}_{it} + \delta_2 \text{PIB}_{it-1} + \delta_3 \text{PIB}_{it-1} + \phi Z_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde “Convênio” se refere ao valor recebido pelo i-ésimo município no t-ésimo período, “PIB” se refere ao produto interno bruto municipal no i-ésimo município no t-ésimo período e Z se refere ao conjunto de controles utilizados. As variáveis dependentes analisadas foram o número de empregos existentes e a renda média de cinco setores específicos, hotelaria, alimentação, transporte, serviços específicos e lazer. O conjunto de controles utilizados foram o consumo de energia residencial e a frequência no ensino médio escolar. Estas duas variáveis seriam uma próxy da renda local. Estes efeitos devem ser controlados uma vez que os serviços estudados muitas vezes apresentam uma alta demanda local (e não proveniente do turismo). Utilizaram-se as variáveis absolutas em nível ao analisar o número de empregos setoriais existentes e as variáveis per capita ao analisar as rendas setoriais médias. Utilizou-se método de “Mínimos Quadrados Generalizados” (que permite qualquer matriz de variância-covariância dos erros)¹⁷. O software utilizado foi o STATA.

4.4.2 Resultados

Em maneira geral, o estudo apresentou bom resultados. Pode-se inferir que o método utilizado se adequou ao processo que se dispôs a mensurar. Pode-se inferir também, que as bases de dados utilizadas são sólidas, o apresentando um comportamento esperado. Quanto os aspectos gerais observou-se:

- A. A análise por Região de Planejamento não foi muito promissora. Acredita-se que a discrepância econômica e social das regiões impossibilitou uma análise geral das regiões.
- B. Para a Proxy frequência escolar do ensino médio não se obteve bons resultados. Acredita-se que a Proxy não consegue mensurar os impactos do das atividades do turismo. Em contraponto, a Proxy de energia obteve bons resultados em quase todos os estudo. Pode-se inferir que a mensuração da

¹⁷ Sobre o método de Mínimos Quadrados Generalizados, ver apêndice.

energia consegue captar o aumento da renda residencial, e conseqüentemente, uma Proxy para mensurar a renda total.

- C. Pode-se inferir também que o PIB total tem pouca interferência nos estudos do mercado de trabalho do turismo.
- D. O estudo de “serviços especializados” encontra-se destoado dos demais. Para tal fato, uma possível justificativa é quanto à concentração de serviço, que estão concentrados em Belo Horizonte, e não nas demais cidades. Deste modo, o convênio não consegue impactar o crescimento destas atividades, este crescimento direciona-se grande parte para Belo Horizonte, e não as demais cidades.
- E. E por fim, o lazer. Como os serviços especializados, não há muita correlação os convênios e o fomento do lazer. Acredita-se que grande parte destes equipamentos de lazer, no interior de Minas Gerais, estão vinculados ao poder público. Desta forma, o impacto deste crescimento estará ressaltada na folha de pagamento de servidores, e não nas atividades de lazer.

Referências postas, o estudo apenas abordará o crescimento do emprego e renda nos setores: hoteleiro, alimentação e transporte, além, do crescimento total a atividade do turismo. Todas as tabelas geradas pelo estudo encontram-se no Apêndice III.

Pode-se inferir que os convênios surtem efeito no mercado de trabalho das atividades turísticas. Tratando-se de empregos totais das atividades turísticas, pode deduzir que os convênios conseguiram impactar positivamente em dois anos consecutivos a utilização do recurso. Este impacto mostra uma relação mais forte com o ano seguinte à aplicação do recurso.

Tal como o emprego o nível de renda média também se correlaciona positivamente com o recurso do convênio. Pode-se inferir que a renda é impactada somente no ano do próprio convênio e em um ano seguinte. Após este período observa-se uma relação inversa. Uma das suposições a este fato é a maior oferta de mão-de-obra local disponível, o que induziria o preço dos salários a caírem, e conseqüentemente, a renda média.

Já, no setor hoteleiro apresenta um crescimento apenas dois anos após o convênio. Quanto à renda, nada se pode afirmar. Considerando a realidade mineira, a causa provável do não impacto seria devida a falta de regularização dos próprios

estabelecimentos. O estudo em questão não consegue inferir sobre a informalidade dos setores.

Na atividade de alimentação há pouca correlação quanto aos convênios, tanto o emprego como a renda média não apresentou resultados aceitáveis de correlação. Uma vez que a atividade de alimentação é uma atividade parcial do turismo, esta ausência de efeitos pode ser explicada pela preponderância do consumo local (e não dos turistas) entre seus consumidores.

E por fim, a atividade de transporte apresentou uma correlação negativa quanto aos postos de trabalho e os convênios. Acredita-se que grande parte dos postos de trabalho está concentrada na Região Central, e conseqüentemente, não há um número expressivo nas demais regiões. Este desequilíbrio desfavorece a análise da correlação. Por sua vez, a renda apresentou uma correlação positiva quanto aos convênios. Pode-se compreender que a renda média das atividades do transportes subiu em todos os anos estudados pela correlação (Ano do convênio (n); (n+1); (n+2)).

De maneira sucinta, o estudo infere que o convênio do MTur reflete de forma benéfica nas atividades do turismo. Pode-se compreender que esta relação esta ligada, aos aspectos gerais do turismo, e não há uma atividade específica.

5 CONCLUSÃO

Este estudo busca identificar, de forma genérica, o impacto social dos convênios realizados pelo MTur com os municípios. Apesar das fortes dificuldades do tema proposto, foi possível gerar um panorama sobre estes convênios e respectivas conseqüências.

De forma geral pode-se concluir que o turismo tem um papel importante na economia de uma localidade. Esta relevância é devida, principalmente, pelos aspectos sociais gerados pelas atividades do turismo. É necessário, desta forma, que a atividade turística seja planejada e acompanhada; pela sociedade e pelos órgãos públicos. Estas ações em conjunto devem gerar conseqüências positivas para a atividade turística e possibilitar, assim, o crescimento econômico local.

Outra conclusão do estudo é quanto ao alinhamento das políticas públicas do turismo. Tanto nas esferas, federal quanto na estadual, a política central é a descentralização. Cabe lembrar ainda esta descentralização é de caráter, em grande parte, apenas funcional. A decisão local, outro tipo de descentralização, ainda encontra-se concentrada principalmente no âmbito federal. Entanto, pode-se argumentar que mesmo a descentralização funcional tem duas grandes vantagens, sendo elas:

- A. A maior articulação entre as estâncias governamentais e a sociedade civil. Esta articulação pode gerar as chamadas redes sociais, causando maior alinhamento das políticas públicas. Esta maior articulação favorecerá, futuramente, maior participação popular na tomada de decisão
- B. Maior co-responsabilização entre o Ministério e as entidades beneficiadas de recursos. Esta interatividade possibilitará maior coerção social entre a sociedade, estâncias governamentais e a setores do turismo.

Quanto ao perfil do setor turístico, grande parte da atividade encontra-se na região Central. Outras regiões como Zona da Mata e Sul de Minas também apresentam relevância das atividades turísticas e o crescimento no setor. Percebe-

se também que a média dos salários da atividade encontra-se caindo em parte do estado. Este fato pode ser consequência na tendência média dos salários. Como mostra no Gráfico 4, há uma convergência destas médias salariais.

As transferências de recursos por convênio apresentam – após 2003 – um crescimento vertiginoso. Isto possivelmente é devido à criação do MTur. Estas transferências apontam que grande parte dos recursos destinados vão para os municípios, como já mencionado no estudo das políticas públicas do turismo. Os recursos do convênio, no município, são destinados a infra-estrutura urbana. A segunda atividade de maior número de convênios são os eventos.

E por fim, pode-se inferir através do estudo econométrico que os convênios conseguem impactar positivamente as atividades do setor turístico. Em linhas, gerais, conclui-se que a política de descentralização de recursos para Minas Gerais está possibilitando uma melhora na atividade turística do estado.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDIT, Edinilson José. Introdução à economia do turismo. Campinas: Alinea, 1999.

BADARÓ, Rui Aurélio De Lacerda. A evolução da legislação turística brasileira: o início do direito do turismo. IBCDTUR. Instituto Brasileiro de ciências e direito do turismo. Disponível em <http://www.ibcdtur.org.br> . Acesso em 03 de Novembro de 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Acesso a base de dados da RAIS.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas/SP: Papirus, 2003.

BARRETO, Tadeu; GUIMARÃES, Ricardo. Gestão da estratégia no governo do estado de Minas Gerais em busca da harmonia entre a ação e indicadores. Gestão Minas, 2007.

BARRETTO, Margarita. Planejamento e organização em turismo. Campinas/SP: Papirus, 1991.

BARROS, Carlos Frederico; CONSEZA, Carlos Alberto Nunes. Usando lógica fuzzy em megaeventos de esportes: um sistema de avaliação de impactos. Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2007. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR680488_9882.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2010.

BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 6 ed. São Paulo: SENAC, São Paulo, 2001.

BORJA, Jordi.- "Descentralización, una cuestión de método". Revista Mexicana de Sociología XLVI 4: 5-34, México, outubro/dezembro 1984.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento no Espaço Turístico. Bauru-SP: Edusc, 2002.

- BONHAM, Carl; GANGNES, Byron, Intervention analysis with cointegrated time series: The case of the Hawaii hotel room tax. In *Applied Economics*, 1996.
- BRAM, Jason. Tourism and New York City's Economy. In *Current Issues in Economics and Finance*, vol.1, no.7, oct/1995.
- CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. *Sociedade e Cultura*, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000.
- CHAO, Chi-Chur et al, Tourism, globalization, social externalities, and domestic welfare. In *Research in International Business and Finance*, 18 (2004), pp.141-9.
- CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MOTA, Normaston Rodrigues. Considerações sobre a relação entre descentralização e intersectorialidade como estratégias de modernização de prefeituras municipais. *E & G Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 23-41, dez. 2003.
- COOPER, Chris. *Turismo: Princípios e práticas*. 2002.
- CRUZ, M. J. V., ROLIM, C.F., HOMSY, G.V.. Uma aplicação do modelo de dados em painéis na identificação dos principais determinantes do turismo internacional. Texto para Discussão N. 1149. Brasília, IPEA. Janeiro/2006.
- DEITZ, Richard, Tourism's role in upstate New York economy. Federal Reserve Bank of New York, *The Regional Economy*, Spring/2004.
- EMBRATUR. *Estatística Básica do Turismo*. Brasil, 2010.
- FELLINI, Lourdes. *Turismo: uma atividade municipal*. Porto Alegre: Est. 1983.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Impacto das finanças municipais nas regiões turísticas do Brasil*. Belo Horizonte, Maio, 2009.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Perfil de Minas Gerais. Guia Econômico do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: CBMM, 2008.
- FUSTER, Luiz Fernandez. *Teoría y Técnica del turismo*. 2 ed. Madri: Editora Nacional. 1971, p 13-33.
- HAZARI, Bharat R. et al, Tourism and Regional Immiserization. In *Pacific Economic Review* 8: 3 (2003) pp.269-78.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2005, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro 2008.

IPEA. Sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo. Novembro, 2003.

LACOMBE, Américo L. Masset. Algumas considerações sobre os incentivos fiscais. 1969.

LIMA FILHO, Alberto de Oliveira. O marketing de turismo: planejamento e análise sistêmica: em Revista de administração Empresarial. Fundação Getúlio Vargas.

Rio de Janeiro. Ano 13 N° 3,Jul./Set. 1973.

MANKIW, Gregory N. Introdução à Economia. 1. ed., 3. reimpr. Thomson Learning: São Paulo, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. op. cit., p. 481.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Estudos da competitividade do turismo brasileiro, 2007. Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo. Ministério do Turismo. Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em 14 de maio de 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Brasília. Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>>. Acesso 15 de maio de 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Brasília. Ministério do Turismo 2007. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>>. Acesso 15 de maio de 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional do Turismo e Programa de Regionalização do Turismo. Roteiros do Brasil. 2003/2007. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>>. Acesso 15 de maio de 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília/DF. 2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0708519758.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO/EMBRATUR/FGV. IV Pesquisa Anual de Conjuntura

Econômica do Turismo. Março 2008.

PIRES, Manoel Carlos de Castro; SILVA, Alexandre Manoel Ângelo da. Ajuste Fiscal, Estabilidade e Crescimento. IPEA. Boletim de Desenvolvimento Fiscal. Junho 2006.

NOBRE, Eduardo A.C; Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. X Encontro Nacional da Anpur. 2003.

PEREIRA, Cássio Avelino S. Políticas públicas no setor de turismo. Turismo em análise, v. 10, n. 2. ECA-USP, nov. 1999.

ROCHA, Fabiana. Ajuste Fiscal, Composição do Gasto Público e Crescimento Econômico. MENDES, Marcos (org.). Gasto Público Eficiente: 91 Propostas para o desenvolvimento do Brasil. Ed. Topbooks, 2006.

RUBINO, Maria Silva. Políticas públicas de turismo: a hospitalidade pública ao excursionista em Bertioga.

SANTOS, Deusdedit Soares dos; WANDERLEY, Cláudio Burian. Impactos quantitativos do turismo nas finanças municipais. 6º Seminário de Economia de Belo Horizonte, 2009.

SCHERER-WARREEN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. 1993.

SILVA JÚNIOR, José Henrique da. A política interna de turismo no Brasil (1992-2002). Belo Horizonte: FACE/FUMEC, c/Arte, 2004.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; PAIXÃO, Dario Luiz Dias; COBOS, Valdir José. Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. Ciência e Opinião. Curitiba, v. 03, n, 01, p. 120 – p. 135, Junho 2006.

TRINDADE, Rubens da. Circuitos turísticos Mineiros: descentralização e autonomia no turismo. 2009. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Brasília.

TOBAR, Frederico. Planejamento e Políticas Públicas No 5: 31-51, junho de 1991. Disponível em <http://www.federicotobar.com.ar/pdf/Portugues/O-conceito-de-Descentralizacao-usos-e-abusos.pdf>. Acesso 04 de outubro de 2010.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. Introdução à administração do turismo. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

6.1 Referências digitais

<http://www.embratur.gov.br/>

<http://www.turismo.gov.br/>

<http://www.turismo.mg.gov.br/>

<http://www.portaldastransparencias.gov.br/>

<http://www.minasgeo.mg.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>

7 APÊNDICE

Apêndice I – Tabelas sobre emprego e renda para os municípios de Minas Gerais

Apêndice II – Relação dos convênios estabelecidos em Minas Gerais

Apêndice III – Explicação do método de mínimos quadrados ordinários

Suponha a seguinte equação a ser estimada,

Apêndice IV – Tabelas do estudo econométrico

Apêndice I – Tabelas sobre emprego e renda para os municípios de Minas Gerais

Tabela II – Distribuição variação dos postos de trabalho no setor do turismo pelas regiões de Planejamento no período de 1996 a 2009. (Ano-bae 1996)

Região de Planejamento	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	Varição por região (base 1996)
ALTO PARANAÍBA	3.253	3.108	3.389	3.654	3.643	4.042	4.216	4.352	4.448	5.012	4.908	5.573	5.665	74,1%
CENTRAL	108.376	101.265	102.940	102.280	105.116	107.748	111.474	108.959	113.146	119.611	119.099	137.865	143.093	32,0%
CENTRO-OESTE DE MINAS	4.942	5.385	5.666	5.811	5.840	6.376	6.860	6.581	6.994	7.421	7.850	8.829	9.355	89,3%
JEQUITINHONHA/MUCURI	2.118	2.208	2.300	2.288	2.434	2.509	2.705	2.804	2.810	2.944	3.102	3.320	3.537	67,0%
MATA	22.462	17.097	17.499	17.016	17.589	17.888	18.311	18.303	18.929	20.068	18.962	20.609	21.693	-3,4%
NOROESTE DE MINAS	918	1.049	1.210	1.284	1.311	1.325	1.346	1.560	1.621	1.907	2.004	2.456	2.602	183,4%
NORTE DE MINAS	3.574	3.552	3.899	4.054	4.252	4.228	4.694	4.696	4.973	5.472	5.769	6.273	6.797	90,2%
RIO DOCE	9.148	9.751	9.649	9.893	10.316	11.011	11.700	11.280	12.575	12.483	13.247	12.970	13.423	46,7%
SUL DE MINAS	13.804	15.257	15.802	16.512	17.143	18.147	18.533	18.842	19.715	20.771	21.134	23.772	25.509	84,8%
TRIÂNGULO	11.095	11.899	11.947	12.988	13.968	14.345	14.334	14.285	15.530	16.381	16.874	18.718	19.494	75,7%
MINAS GERAIS	179.690	170.571	174.301	175.780	181.612	187.619	194.173	191.662	200.741	212.070	212.949	240.385	251.168	
<i>Varição por ano (base 1996)</i>	-	-5,1%	-3,0%	-2,2%	1,1%	4,4%	8,1%	6,7%	11,7%	18,0%	18,5%	33,8%	39,8%	

Fonte: Rais

Tabela III - Distribuição variação do acumulado de renda no setor do turismo pelas regiões de Planejamento no período de 1996 a 2009. (Ano-bae 1996)

Regiões de Planejamento	Ano						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
ALTO PARANAÍBA	1.023.304,80	874.453,44	904.077,44	985.713,12	928.827,20	958.463,52	958.583,36
CENTRAL	46.408.531,68	41.171.284,00	39.542.501,60	37.288.768,16	37.091.456,64	34.275.143,84	33.841.918,88
CENTRO-OESTE DE MINAS	1.380.865,92	1.556.177,28	1.566.476,80	1.578.818,08	1.432.305,28	1.484.117,60	1.531.607,84
JEQUITINHONHA/MUCURI	590.104,48	617.520,96	628.979,68	620.262,72	616.836,64	584.948,00	586.402,88
MATA	15.523.449,76	8.551.168,64	7.745.886,40	6.555.988,32	6.321.710,08	5.743.236,80	5.442.049,76
NOROESTE DE MINAS	214.232,48	238.904,96	300.623,68	284.254,88	275.026,08	268.184,00	272.642,72
NORTE DE MINAS	1.093.708,00	1.139.211,36	1.085.686,56	1.093.961,12	1.123.830,40	1.026.653,60	1.053.846,08
RIO DOCE	3.128.992,16	3.290.785,12	2.945.542,88	2.878.190,56	2.854.923,68	3.869.957,28	2.736.848,80
SUL DE MINAS	3.727.409,28	4.324.698,56	4.242.180,32	4.380.529,44	4.388.792,80	4.220.485,92	4.070.669,12
TRIÂNGULO	3.775.318,40	4.376.945,44	3.975.153,28	4.205.964,00	4.349.259,04	4.156.262,88	3.936.440,48
MINAS GERAIS	76.865.916,96	66.141.149,76	62.937.108,64	59.872.450,40	59.382.967,84	56.587.453,44	54.431.009,92

Continua

Regiões de Planejamento	Ano						Variação por região (base 1996)
	2003	2004	2005	2006	2008	2009	
ALTO PARANAÍBA	952.869,12	982.770,88	1.017.624,16	922.320,00	996.298,24	983.458,56	-0,04
CENTRAL	30.098.323,36	31.183.872,16	31.166.918,72	27.246.173,92	30.010.034,88	31.092.183,36	-0,33
CENTRO-OESTE DE MINAS	1.387.671,04	1.446.947,04	1.631.357,28	1.425.753,28	1.563.210,88	1.598.630,88	0,16
JEQUITINHONHA/MUCURI	577.123,68	549.623,20	537.874,40	527.404,64	518.993,44	543.556,16	-0,08
MATA	5.140.840,32	5.323.618,72	5.264.523,04	3.591.777,28	3.509.776,48	3.590.727,84	-0,77
NOROESTE DE MINAS	292.452,16	300.231,68	340.150,72	346.380,16	398.920,48	410.960,48	0,92
NORTE DE MINAS	985.796,00	1.011.408,16	1.060.560,48	1.003.126,88	1.028.773,76	1.078.955,36	-0,01
RIO DOCE	2.501.532,32	2.709.314,72	2.555.316,96	2.494.138,08	2.241.881,60	2.313.152,80	-0,26
SUL DE MINAS	3.924.361,28	4.043.337,76	4.038.838,72	3.909.668,00	4.228.043,68	4.405.776,48	0,18
TRIÂNGULO	3.651.643,52	3.896.116,00	3.868.581,92	3.713.333,12	3.916.530,24	3.943.102,24	0,04
MINAS GERAIS	49.512.612,80	51.447.240,32	51.481.746,40	45.180.075,36	48.412.463,68	49.960.504,16	-0,35

Fonte: Rais

Apêndice II – Relação dos convênios estabelecidos em Minas Gerias

Tabela IV – Distribuição dos convênios pela natureza do convênio, no período de 1996-2010

NATUREZA JURIDICA	Total
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	27,02%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	57,09%
AUTARQUIA PÚBLICAS	0,52%
EMPRESA PÚBLICA	2,65%
FUNDAÇÃO	2,08%
ASSOCIAÇÃO	7,64%
INSTITUTO	2,14%
SINDICATO	0,86%
Total geral	100,00%

Fonte: Autor

Tabela V - Distribuição dos convênios pela classificação do objeto, no período de 1996-2009 (Medida em Reais)

CLAS. DO OBJETO DE CONVENIO	ANO						
	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
CAPACITAÇÃO	-	-	-	-	2.419.508,40	-	-
DIVULGAÇÃO	460.000,00	-	40.000,00	147.345,60	-	147.461,38	2.902.746,50
ELABORAÇÃO DE PLANOS	-	-	-	-	480.000,00	240.000,00	-
EVENTO	175.000,00	10.000,00	160.000,00	320.000,00	792.726,40	230.000,00	600.000,00
INFRAESTRUTURA	400.000,00	-	317.600,00	476.000,00	1.234.412,30	1.550.000,00	30.069.000,00
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-
PROJETO	-	-	-	3.409.761,80	4.269.345,44	-	2.100.000,00
SINALIZAÇÃO TURISTICA	-	80.000,00	159.719,00	75.960,00	-	-	793.114,00
Total geral	1.035.000,00	90.000,00	677.319,00	4.429.067,40	9.195.992,54	2.167.461,38	36.464.860,50

Continua

CLAS. DO OBJETO DE CONVENIO	ANO						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO		40.000,00	100.000,00		720.000,00		0%
CAPACITAÇÃO			2.451.754,88				1%
DIVULGAÇÃO	2.451.953,89	3.597.868,40	690.000,00	11.404.444,45	2.238.350,00	264.151,80	5%
ELABORAÇÃO DE PLANOS	233.900,00	246.803,78	56.500,00	208.613,46	216.619,26		0%
EVENTO	2.907.200,97	6.156.505,60	7.487.363,46	24.081.871,49	25.227.101,50	15.336.760,00	17%
INFRAESTRUTURA	8.771.637,00	44.438.553,86	91.393.219,39	52.657.794,00	88.391.263,84	11.290.500,00	69%
OUTROS					100.000,00		0%
PROJETO	380.468,84	3.487.832,00	5.303.173,19	2.154.944,63	5.437.920,00	2.899.820,00	6%
SINALIZAÇÃO TURISTICA	1.120.000,00	693.160,00	1.824.935,00	910.500,00	97.500,00	195.000,00	1%
Total geral	15.865.160,70	58.660.723,64	109.306.945,92	91.418.168,03	122.428.754,60	29.986.231,80	100%

Fim

Fonte: Autor

Tabela VI - Distribuição dos convênios por região de planejamento, no período de 1996-2009 (Medida em reais)

RP	Ano						
	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004
ALTO PARANAÍBA				300.000,00		200.000,00	1.385.514,00
CENTRAL	575.000,00	80.000,00	677.319,00	3.901.721,80	7.345.361,14	1.337.461,38	28.244.346,50
CENTRO-OESTE DE MINAS							305.000,00
JEQUITINHONHA/MUCURI							600.000,00
MATA							410.000,00
NOROESTE DE MINAS							
NORTE DE MINAS					1.050.000,00	30.000,00	1.690.000,00
RIO DOCE							690.000,00
SUL DE MINAS	400.000,00	10.000,00		80.000,00	136.631,40	300.000,00	1.510.000,00
TRIÂNGULO	60.000,00			147.345,60	664.000,00	300.000,00	1.630.000,00
Total geral	1.035.000,00	90.000,00	677.319,00	4.429.067,40	9.195.992,54	2.167.461,38	36.464.860,50

Continua

RP	Ano						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total geral
ALTO PARANAÍBA	295.000,00	1.875.000,00	3.818.125,00	2.968.064,00	890.000,00	197.500,00	18.165.853,00
CENTRAL	8.097.508,33	29.172.814,16	34.096.628,92	36.130.611,77	86.995.694,60	14.441.471,80	355.788.954,40
CENTRO-OESTE DE MINAS	760.000,00	1.590.000,00	11.105.235,00	4.280.000,00	651.030,00	3.452.500,00	26.711.765,00
JEQUITINHONHA/MUCURI	180.000,00	370.000,00	3.483.737,60	5.249.710,06	1.652.340,00	2.108.250,00	15.142.287,66
MATA	3.530.925,37	4.374.000,00	6.869.575,00	6.199.900,00	4.797.240,00	846.760,00	33.767.275,37
NOROESTE DE MINAS	248.187,00	429.930,00	3.186.250,00	1.500.500,00	1.633.750,00	97.500,00	8.734.117,00
NORTE DE MINAS	782.000,00	7.682.607,48	17.379.800,00	10.074.305,60	4.441.550,00	1.140.000,00	54.715.263,08
RIO DOCE	300.000,00	3.350.000,00	3.136.410,00	11.415.226,60	10.431.250,00	3.760.000,00	37.745.011,60
SUL DE MINAS	832.450,00	6.666.372,00	14.566.150,00	7.080.100,00	8.230.900,00	2.466.750,00	49.028.836,16
TRIÂNGULO	839.090,00	3.100.000,00	11.293.784,40	6.444.750,00	2.705.000,00	1.475.500,00	41.701.095,00
Total geral	15.865.160,70	58.660.723,64	109.306.945,92	91.418.168,03	122.428.754,60	29.986.231,80	642.386.708,27

Fim

Fonte: Autor

Apêndice III – Explicitação do método de mínimos quadrados ordinários

Suponha a seguinte equação a ser estimada,

$$Y = X\beta + \varepsilon$$

Onde Y é um vetor ($n \times 1$), X é uma matriz ($n \times k$), β é um vetor ($k \times 1$) e ε é um vetor ($n \times 1$). Ou seja, temos uma equação onde Y é explicado por k variáveis distintas mais um vetor aleatório de erros. Temos também uma amostra de n elementos.

Os coeficientes acima podem ser estimados através de dois métodos distintos equivalentes. Podemos estimá-los minimizando a soma dos quadrados dos erros. Ou seja,

$$\min_{\beta} \sum \varepsilon^2 = \sum (Y - X\beta)^2$$

Podemos ainda estimar os coeficientes impondo a hipótese de ortogonalidade entre os erros e as variáveis independentes X (ou seja, ambas geram espaços totalmente independentes ou ortogonais). Neste caso, teremos,

$$X' \varepsilon = 0$$

$$X'(Y - X\beta) = 0$$

$$X'Y - X'X\beta = 0$$

$$X'Y = X'X\beta \Rightarrow \beta^* = (X'X)^{-1} X'Y$$

Este é basicamente o método dos mínimos quadrados ordinários.

O método de mínimos quadrados generalizados é o mesmo acima, mas faz ajuste na matriz de variância e covariância estimada dos parâmetros permitindo qualquer estrutura de correlação entre os erros.

Apêndice IV – Tabelas do estudo econométrico

Tabela VII - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego total em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

Total Emp	Coef. S	td. Err.	t	P>t
Zona da Mata	9.385.029	1.583.469	0.59	0.553
Sul de Minas	2204667	.3463499	6.37	0.000
Triângulo mineiro	-7.676.705	5.222.215	-1.47	0.142
Alto Paranaíba	-2.684.583	1.996.676	-1.34	0.179
Centro Oeste	-5.716.288	2.035.749	-2.81	0.005
Noroeste de Minas	3.384.765	1.713.755	1.98	0.048
Norte de Minas	2.749.673	1.589.269	1.73	0.084
Jequitinhonha/Mourão	6.784.598	1.276.746	5.31	0.000
Vale do Rio Doce	5.325.227	1.352.018	3.94	0.000
freq	-1.81e-06	2.08e-06	-0.87	0.384
Energia	.0456028	.0028206	16.17	0.000
PIB	.0003113	.0004301	0.72	0.469
Dpib	-.0002945	.000619	-0.48	0.634
D2pib	-.0003117	.0005459	-0.57	0.568
convênio	.0004779	.0000739	6.47	0.000
Dconv	.0006852	.0000785	8.73	0.000
D2conv	.0001661	.0000977	1.70	0.089
_cons	-1.480.551	1.304.379	-11.35	0.000

Fonte: Autor

Tabela IX - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor hoteleiro em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

Hotelemp	Coef. S	td. Err.	t	P>t
Zona da Mata	-3.948.044	9.638.292	-0.41	0.682
Sul de Minas	.455279	.2381676	1.91	0.056
Triângulo mineiro	-1.073.663	1.082.984	-0.99	0.322
Alto Paranaíba	-6.745.254	1.093.046	-0.62	0.537
Centro Oeste	-1.026.994	6.932.054	-1.48	0.139
Noroeste de Minas	-829.031	5.977.234	-1.39	0.166
Norte de Minas	-866.687	7.527.288	-1.15	0.250
Jequitinhonha/Mourão	-7.314.674	6.485.225	-1.13	0.259
Vale do Rio Doce	-5.769.079	576.091	-1.00	0.317
freq	-8.69e-07	9.65e-07	-0.90	0.368
Energia	.0032173	.0027392	1.17	0.240
PIB	.0000265	.0002054	0.13	0.897
Dpib	-.0004797	.0003037	-1.58	0.114
D2pib	.0006076	.0003286	1.85	0.065
convênio	-.0001852	.000159	-1.16	0.244
Dconv	-.0000411	.0000568	-0.72	0.469
D2conv	.000804	.0001397	5.76	0.000

Tabela VIII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do transp. em MG no período de 1996 a 2009

transp renda	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	9.816.032	5.695.522	1.72	0.085
Sul de Minas	2577723	.8776197	2.94	0.003
Triângulo mineiro	-1.443.003	1.032.054	-1.40	0.162
Alto Paranaíba	-2.456.543	4.829.222	-0.51	0.611
Centro Oeste	-9.420.433	4.393.066	-2.14	0.032
Noroeste de Minas	867.276	387.879	2.24	0.025
Norte de Minas	1.040.726	3.653.421	2.85	0.004
Jequitinhonha/Mourão	1.629.258	2.964.005	5.50	0.000
Vale do Rio Doce	9.688.509	4.102.257	2.36	0.018
freq	-4.21e-06	4.67e-06	-0.90	0.368
Energia	.0753513	.0052116	14.46	0.000
PIB	.0005798	.0010439	0.56	0.579
Dpib	-.0003933	.0013411	-0.29	0.769
D2pib	-.0010563	.0014846	-0.71	0.477
convênio	.0012395	.0001691	7.33	0.000
Dconv	.0005553	.0001861	2.98	0.003
D2conv	-.0023996	.0002272	-10.56	0.000
_cons	-3.168.632	2.856.875	-11.00	0.000

Fonte: Autor

Tabela X - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor de serviços turísticos em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

serv renda	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	.1234429	2.769.346	0.04	0.964
Sul de Minas	.0842521	.0554286	1.52	0.129
Triângulo mineiro	-2.898.817	2.488.126	-1.17	0.244
Alto Paranaíba	-.7626889	2.185.277	-0.35	0.727
Centro Oeste	-3.037.624	2.097.671	-1.45	0.148
Noroeste de Minas	5.163.736	1.597.879	3.23	0.001
Norte de Minas	3.469.698	1.733.405	2.00	0.045
Jequitinhonha/Mourão	634.399	1.383.675	4.58	0.000
Vale do Rio Doce	6.054.352	1.294.797	4.68	0.000
freq	-1.52e-07	1.90e-07	-0.80	0.424
Energia	.0026165	.0003506	7.46	0.000
PIB	.0000487	.0000546	0.89	0.372
Dpib	-.0000576	.0000777	-0.74	0.459
D2pib	-.0000443	.0000649	-0.68	0.495
convênio	.0000492	.0000113	4.36	0.000
Dconv	.000097	9.74e-06	9.96	0.000
D2conv	.0000791	.0000117	6.76	0.000

_cons	4.479.678	9.653.778	0.46	0.643
-------	-----------	-----------	------	-------

Fonte: Autor

_cons	-1.250.877	1.537.094	-8.14	0.000
-------	------------	-----------	-------	-------

Fonte: Autor

Tabela XI - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor alimentício em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

alimentaemp	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	-2.225.094	1.826.702	-1.22	0.223
Sul de Minas	1096965	.247978	4.42	0.000
Triângulo	-3.386.547	2.636.163	-1.28	0.199
Alto	5.588.397	148.765	0.38	0.707
Centro Oeste	-4.323.315	165.881	-2.61	0.009
Noroeste de	3.036.822	1.176.425	2.58	0.010
Norte de	1.646.796	1.273.829	1.29	0.196
Jequitinhonha/	3.427.604	1.060.511	3.23	0.001
Vale do Rio	235.123	1.134.582	2.07	0.038
freq	-1.81e-06	2.19e-06	-0.83	0.408
Energia	.0260273	.0042423	6.14	0.000
PIB	.000784	.0004657	1.68	0.092
Dpib	-.000738	.0006779	-1.09	0.276
D2pib	-.0005983	.00056	-1.07	0.285
convênio	.0003524	.0000774	4.56	0.000
Dconv	.000217	.0001004	2.16	0.031
D2conv	-.0010124	.0001451	-6.98	0.000
_cons	-7.645.743	1.458.691	-5.24	0.000

Fonte: Autor

Tabela XIII - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor de transportes em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

transpemp	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	-4.762.579	6.148.179	-0.08	0.938
Sul de Minas	1205199	1364372	0.88	0.377
Triângulo	-9.899.032	8.231.114	-1.20	0.229
Alto	1.568.804	4.100.061	0.04	0.969
Centro Oeste	-9.388.455	5.282.812	-1.78	0.076
Noroeste de	5.553.675	4.700.843	1.18	0.238
Norte de	651.102	4.567.359	1.43	0.154
Jequitinhonha/	7.243.533	4.083.988	1.77	0.076
Vale do Rio	2.942.092	3.256.265	0.90	0.366
freq	-9.40e-06	.0000107	-0.88	0.379
Energia	.0567452	.0237902	2.39	0.017
PIB	.0017683	.0018878	0.94	0.349
Dpib	-.0038616	.0031165	-1.24	0.215
D2pib	.0011937	.0014605	0.82	0.414
convênio	-.0000793	.0009758	-0.08	0.935
Dconv	-.0005992	.0004766	-1.26	0.209
D2conv	-.0010779	.000953	-1.13	0.258
_cons	-1.703.796	7.617.158	-2.24	0.025

Fonte: Autor

Tabela XII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor de lazer em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

lazerrenda	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	-2.163.618	2.069.292	-1.05	0.296
Sul de Minas	.8307222	.4475804	1.86	0.064
Triângulo	-1.256.091	1.411.817	-0.89	0.374
Alto Paranaíba	1.739.564	1.211.232	1.44	0.151
Centro Oeste	-1.813.026	1.415.516	-1.28	0.200
Noroeste de	3.410.566	1.101.355	3.10	0.002
Norte de Minas	275.445	1.215.682	2.27	0.024
Jequitinhonha/	3.884.874	9.440.713	4.12	0.000
Vale do Rio	2.939.373	1.180.772	2.49	0.013
freq	-1.35e-06	1.70e-06	-0.79	0.428
Energia	.0232141	.0033816	6.86	0.000
PIB	.000645	.0004283	1.51	0.132
Dpib	-.0005305	.0005989	-0.89	0.376
D2pib	-.0006405	.0005822	-1.10	0.271
convênio	.0001938	.0001078	1.80	0.072
Dconv	.000268	.000099	2.71	0.007
D2conv	-.0001297	.0001139	-1.14	0.255
_cons	-8.859.939	1.205.901	-7.35	0.000

Fonte: Autor

Tabela XIV - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita dos setores de turismo em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

rentatotpop	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	-.0017333	.000595	-2.91	0.004
Sul de Minas	-.0000284	.0000706	-0.40	0.687
Triângulo	-.0029973	.0020106	-1.49	0.136
Alto Paranaíba	-.0050075	.0010798	-4.64	0.000
Centro Oeste	-.0033469	.0005358	-6.25	0.000
Noroeste de	-.0036528	.0007917	-4.61	0.000
Norte de Minas	-.0019333	.0005475	-3.53	0.000
Jequitinhonha/	-.0005055	.0006241	-0.81	0.418
Vale do Rio	-.0025372	.0005851	-4.34	0.000
freq	.0000971	.0000156	6.23	0.000
Energia	.0219801	.0002083	105.5	0.000
PIB	-2.79e-07	3.75e-07	-0.75	0.456
Dpib	6.05e-07	4.90e-07	1.23	0.217
D2pib	1.10e-07	1.74e-07	0.64	0.525
convênio	.0000103	.0000256	0.40	0.688
Dconv	.0001035	.0000946	1.09	0.274
D2conv	.0002224	.0001718	1.30	0.195
_cons	-.0044303	.00091	-4.87	0.000

Fonte: Autor

Tabela XV - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor de serviços específicos do turismo em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

servemp	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata mineira	-.6773387	2.427.482	-0.28	0.780
Sul de Minas	.0373944	.0294623	1.27	0.204
Triângulo mineiro	-2.340.618	2.399.203	-0.98	0.329
Alto Paranaíba	.8267043	1.579.152	0.52	0.601
Centro Oeste	-3.258.645	2.061.188	-1.58	0.114
Noroeste de Minas	3.081.084	1.760.786	1.75	0.080
Norte de Minas	2.773	1.604.752	1.73	0.084
Jequitinhonha/ Mucuri	3.316.427	1.505.187	2.20	0.028
Vale do Rio Doce	2.874.418	1.052.857	2.73	0.006
freq	-3.09e-07	3.67e-07	-0.84	0.400
Energia	.0021163	.0008583	2.47	0.014
PIB	.0000773	.0000746	1.04	0.300
Dpib	-.0001425	.0001247	-1.14	0.253
D2pib	.0000179	.0000544	0.33	0.742
convênio	6.74e-06	.0000315	0.21	0.830
Dconv	8.66e-06	.0000177	0.49	0.624
D2conv	-6.51e-07	.0000336	-0.02	0.985
_cons	-7.395.096	2.736.343	-2.70	0.007

Fonte: Autor

Tabela XVII - Distribuição econométrica dos convênios em função do emprego do setor de lazer em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

lazeremp	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata mineira	-2.068.574	1.759.875	-1.18	0.240
Sul de Minas	.2966735	.226973	1.31	0.191
Triângulo mineiro	-1.166.305	1.658.155	-0.70	0.482
Alto Paranaíba	1.784.226	1.127.184	1.58	0.114
Centro Oeste	-2.095.361	1.572.383	-1.33	0.183
Noroeste de Minas	1.898.612	141.811	1.34	0.181
Norte de Minas	1.833.789	1.332.836	1.38	0.169
Jequitinhonha/ Mucuri	1.780.668	1.221.065	1.46	0.145
Vale do Rio Doce	1.010.679	9.693.051	1.04	0.297
freq	-2.51e-06	3.02e-06	-0.83	0.406
Energia	.0174023	.0072662	2.39	0.017
PIB	.0007542	.0005772	1.31	0.191
Dpib	-.0012664	.0009673	-1.31	0.191
D2pib	.0001144	.0004197	0.27	0.785
convênio	-5.61e-06	.0002736	-0.02	0.984
Dconv	-.0001398	.0001489	-0.94	0.348
D2conv	-.0003523	.0002847	-1.24	0.216
_cons	-5.000.054	229.719	-2.18	0.030

Fonte: Autor

Tabela XVI - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor hoteleiro de turismo em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

Hotelrenda~p	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata mineira	-.0012041	.0002151	-5.60	0.000
Sul de Minas	9.56e-06	6.16e-06	1.55	0.121
Triângulo mineiro	-.0006172	.0004236	-1.46	0.145
Alto Paranaíba	-.0013293	.0003229	-4.12	0.000
Centro Oeste	-.0009407	.0002035	-4.62	0.000
Noroeste de Minas	-.0011563	.0002531	-4.57	0.000
Norte de Minas	-.001496	.000222	-6.74	0.000
Jequitinhonha/ Mucuri	-.0011981	.0002296	-5.22	0.000
Vale do Rio Doce	-.0012408	.0002833	-4.38	0.000
freq	.0000154	6.59e-06	2.34	0.019
Energia	.0004113	.0000766	5.37	0.000
PIB	-8.14e-08	4.76e-08	-1.71	0.088
Dpib	5.53e-08	4.72e-08	1.17	0.242
D2pib	1.04e-07	6.52e-08	1.59	0.113
convênio	.0000247	.0000173	1.43	0.153
Dconv	.0000889	.0000624	1.43	0.154
D2conv	.0000913	.0000729	1.25	0.210
_cons	.0009249	.0003716	2.49	0.013

Fonte: Autor

Tabela XVIII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor alimentício em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

Alimentare~p	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata mineira	-.0006573	.0002969	-2.21	0.027
Sul de Minas	4.65e-06	9.99e-06	0.47	0.642
Triângulo mineiro	-.001016	.0007082	-1.43	0.152
Alto Paranaíba	-.0010942	.0007964	-1.37	0.170
Centro Oeste	-.0007342	.0002015	-3.64	0.000
Noroeste de Minas	-.001285	.0004107	-3.13	0.002
Norte de Minas	-.0011008	.0003908	-2.82	0.005
Jequitinhonha/ Mucuri	-.0003469	.0004394	-0.79	0.430
Vale do Rio Doce	-.0008207	.000351	-2.34	0.019
freq	.0000288	6.91e-06	4.16	0.000
Energia	.0000311	.0000648	0.48	0.631
PIB	-1.20e-07	3.66e-07	-0.33	0.744
Dpib	4.68e-07	4.71e-07	0.99	0.320
D2pib	-1.29e-07	1.30e-07	-0.99	0.321
convênio	.0000104	.0000112	0.93	0.353
Dconv	.0000395	.0000327	1.21	0.227
D2conv	.000101	.0000992	1.02	0.309
_cons	-.0001812	.0006467	-0.28	0.779

Fonte: Autor

Tabela XIX - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor turístico em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

rentatot	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	753.752	6.167.713	1.22	0.222
Sul de Minas	5838312	1143814	5.10	0.000
Triângulo	-2.057.126	1.460.259	-1.41	0.159
Alto Paranaíba	-2.531.625	7.031.126	-0.36	0.719
Centro Oeste	-1.641.571	7.214.442	-2.28	0.023
Noroeste de	1.473.495	5.893.953	2.50	0.012
Norte de	1.415.276	5.598.529	2.53	0.012
Jequitinhonha/	2.467.029	438.427	5.63	0.000
Vale do Rio	1.690.004	5.696.548	2.97	0.003
freq	-8.01e-06	9.00e-06	-0.89	0.374
Energia	.1313409	.0114546	11.47	0.000
PIB	.0016451	.001742	0.94	0.345
Dpib	-.0016746	.0024964	-0.67	0.502
D2pib	-.0014581	.00211	-0.69	0.490
convênio	.0015339	.000221	6.94	0.000
Dconv	.0014167	.0003014	4.70	0.000
D2conv	-.000967	.0003905	-2.48	0.013
_cons	-5.127.594	4.632.873	-	0.000

Fonte: Autor

Tabela XXI - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor hoteleiro em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

hotelrenda	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	1.768.972	2.375.941	0.74	0.457
Sul de Minas	.8144067	.4671944	1.74	0.081
Triângulo	-1.315.801	2.364.714	-0.56	0.578
Alto Paranaíba	-2.213.291	2.094.363	-1.06	0.291
Centro Oeste	-.5185106	1.402.669	-0.04	0.971
Noroeste de	-1.610.849	1.164.143	-1.38	0.167
Norte de	-1.229.239	1.737.238	-0.71	0.479
Jequitinhonha/	-8.016.171	1.474.321	-0.54	0.587
Vale do Rio	1.414.731	1.368.773	0.10	0.918
freq	-1.50e-06	1.60e-06	-0.94	0.350
Energia	.0002201	.0047582	0.05	0.963
PIB	-.0002537	.0004678	-0.54	0.588
Dpib	-.000708	.0005896	-1.20	0.230
D2pib	.0015209	.0008593	1.77	0.077
convênio	-.0005114	.0003055	-1.67	0.094
Dconv	.0000188	.0001107	0.17	0.865
D2conv	.0026562	.0002751	9.66	0.000
_cons	5.037.932	1.842.505	0.27	0.785

Fonte: Autor

Tabela XX - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor de transportes em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

Transp~	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	.0002519	.0003564	0.71	0.480
Sul de Minas	-.0000368	.0000582	-0.63	0.528
Triângulo	-.0012346	.0008299	-1.49	0.137
Alto Paranaíba	-.0022475	.0003786	-5.94	0.000
Centro Oeste	-.0015756	.0003159	-4.99	0.000
Noroeste de	-.0005255	.0003954	-1.33	0.184
Norte de	.0009837	.0002555	3.85	0.000
Jequitinhonha	.0012577	.0002965	4.24	0.000
Vale do Rio	-.0002317	.0002911	-0.80	0.426
freq	.0000308	7.66e-06	4.03	0.000
Energia	.0204343	.0000304	671.15	0.000
PIB	-6.36e-08	7.35e-08	-0.87	0.387
Dpib	6.58e-08	6.41e-08	1.03	0.304
D2pib	1.06e-07	7.39e-08	1.43	0.153
convênio	-.0000207	7.80e-06	-2.65	0.008
Dconv	-.0000208	.0000206	-1.01	0.315
D2conv	.0000196	.0000419	0.47	0.641
_cons	-.0046774	.0004086	-	0.000

Fonte: Autor

Tabela XXII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor de serviços específicos do turismo em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

Servrendapo	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata	-4.73e-06	.0000257	-0.18	0.854
Sul de Minas	-9.72e-07	8.85e-07	-1.10	0.272
Triângulo	-.0000296	.0000212	-1.39	0.163
Alto Paranaíba	-.0000763	.0000163	-4.68	0.000
Centro Oeste	-.0000454	.0000188	-2.42	0.016
Noroeste de	-.0000896	.0000142	-6.31	0.000
Norte de	-.0000582	.0000141	-4.13	0.000
Jequitinhonha	-.0000409	.000016	-2.55	0.011
Vale do Rio	-.0000432	.0000153	-2.83	0.005
freq	2.05e-06	4.18e-07	4.90	0.000
Energia	3.04e-06	3.98e-06	0.76	0.445
PIB	-5.35e-10	2.13e-09	-0.25	0.802
Dpib	1.40e-09	2.11e-09	0.66	0.507
D2pib	1.28e-09	1.93e-09	0.66	0.508
convênio	-9.40e-07	3.30e-07	-2.85	0.004
Dconv	-1.42e-06	6.70e-07	-2.12	0.034
D2conv	7.44e-08	1.28e-06	0.06	0.954
_cons	-3.17e-06	.0000234	-0.14	0.893

Fonte: Autor

Tabela XXIII - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda média do setor alimentício em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

Alimentar~a	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata mineira	-189.621	1.941.745	-0.98	0.329
Sul de Minas	1531208	.4479848	3.42	0.001
Triângulo mineiro	-3.279.457	2.639.134	-1.24	0.214
Alto Paranaíba	4.749.144	1.809.981	0.26	0.793
Centro Oeste	-4.826.639	18.39	-2.62	0.009
Noroeste de Minas	37.461	1.210.745	3.09	0.002
Norte de Minas	1.873.324	1.551.267	1.21	0.227
Jequitinhonha/Mucuri	4.660.053	1.107.509	4.21	0.000
Vale do Rio Doce	3.525.252	13.335	2.64	0.008
freq	-8.11e-07	1.11e-06	-0.73	0.467
Energia	.0299388	.0030294	9.88	0.000
PIB	.0006253	.0003856	1.62	0.105
Dpib	.0000148	.0004268	0.03	0.972
D2pib	-.0012378	.0007753	-1.60	0.110
convênio	.0005628	.0001855	3.03	0.002
Dconv	.0004776	.0000788	6.06	0.000
D2conv	-.0011731	.0001535	-7.64	0.000
_cons	-9.982.595	1.250.442	-7.98	0.000

Fonte: Autor

Tabela XXIV - Distribuição econométrica dos convênios em função da renda per capita do setor de lazer em Minas Gerais no período de 1996 a 2009

Lazerrenda~	Coef.	Std. Err.	t	P> t
Zona da Mata mineira	-.0001191	.0000749	-1.59	0.112
Sul de Minas	-4.90e-06	2.42e-06	-2.03	0.043
Triângulo mineiro	-.0001	.0000846	-1.18	0.237
Alto Paranaíba	-.0002602	.0001024	-2.54	0.011
Centro Oeste	-.0000509	.0000782	-0.65	0.515
Noroeste de Minas	-.0005963	.0000637	-9.36	0.000
Norte de Minas	-.000262	.0000547	-4.79	0.000
Jequitinhonha/Mucuri	-.0001774	.0000575	-3.08	0.002
Vale do Rio Doce	-.0002008	.0000803	-2.50	0.012
freq	.00002	1.94e-06	10.31	0.000
Energia	.0011003	.0000371	29.68	0.000
PIB	-1.42e-08	1.55e-08	-0.92	0.357
Dpib	1.41e-08	1.57e-08	0.89	0.371
D2pib	2.89e-08	1.66e-08	1.74	0.082
convênio	-3.21e-06	2.06e-06	-1.56	0.118
Dconv	-2.79e-06	6.09e-06	-0.46	0.648
D2conv	.0000105	.0000116	0.91	0.364
_cons	-.0004935	.0000944	-5.23	0.000

Fonte: Autor

8 ANEXOS

Anexo I - Segmentação do turismo no Brasil

Anexo II – Atividades econômicas do turismo e seus grupos econômicos

Anexo III – Tabelas e número de agências e hotéis em Minas e Brasil

Anexo I - Segmentação do turismo no Brasil

Classificação dos segmentos turísticos no Brasil

1º) Ecoturismo: “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.” (BRASIL, 2006b, p.9) Também chamado de turismo da natureza ou turismo verde, denomina-se assim por pressupor o deslocamento da demanda para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno. Ou ainda uma observação participante e interativa com o meio, na prática de caminhadas, escalada, rafting e outros “esportes radicais” em que a natureza atua como pano de fundo.

2º) Turismo Cultural: Refere-se à representação da história do homem em distintas épocas encontrado em ruínas, monumentos, museus e obras de arte (BENI apud EDRA, 2005). Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. [...] Considera-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades [...] Ressalta-se [portanto] que os deslocamentos para fins religiosos, místicos e esotéricos, e de visitação a determinados grupos étnicos (nos quais o atrativo principal é a identidade e modo de vida de cada um) e atrativos cívicos são aqui entendidos como recortes no âmbito do Turismo Cultural. (BRASIL, 2006b, p.13-15)

3º) Turismo de Estudos e Intercâmbio: “Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.” (BRASIL, 2006b, p.19)

4º) Turismo de Esportes: O deslocamento da demanda é realizado em função do interesse de alguma modalidade esportiva. “Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.” (BRASIL, 2006b, p.23) Neste segmento incluem-se os núcleos receptores que sediam olimpíadas, competições e torneios, por exemplo.

5º) Turismo de Pesca: “Turismo de Pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora.” (BRASIL, 2006b, p.28) A definição de Teixeira (2007) ilustra melhor sua abrangência: a execução da atividade pesqueira com os equipamentos permitidos por lei para tal esporte, com o intuito único de lazer respeitando as cotas de abate para peixes impostas pela legislação.

6º) Turismo Náutico: O turismo náutico, de acordo com o Ministério do Turismo 18, “caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com finalidade da movimentação turística” (2006, 34). Pode

ser caracterizado como fluvial; em represas; lacustre e marítimo. Complementando a definição anterior, a Secretaria de Turismo de Estado do Paraná¹⁹ destaca que seu desenvolvimento está ligado à existência de recursos aquáticos associados ao litoral, rios e represas. Suas infraestruturas fundamentais são portos esportivos, tanto públicos como privados, com os respectivos equipamentos (de amarre, de assistência, estaleiro, fornecimento de combustível) e serviços complementares (restaurantes, lojas, entre outros).

7º) Turismo de Aventura: “Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.” (BRASIL, 2006b, p.39) Fundamenta-se em aspectos que se referem à motivação do turista. Beni (2001 apud EDRA, 2005) assegura que o turismo de aventura ocorre com deslocamento da demanda para espaços naturais, com ou sem roteiros programados e ausência de equipamentos receptivos, motivada pela atração exercida pelo desconhecido e desejo de enfrentar situações de desafio físico e emocional.

8º) Turismo de Sol e Praia: É um segmento turístico dos mais importantes no Brasil. “Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias²⁰, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2006b p.42). As atividades turísticas que o constituem estão relacionadas ao divertimento, à distração ou ao usufruto e contemplação da paisagem.

9º) Turismo de Negócios e Eventos: “Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.” (BRASIL, 2006b, p.46) Tem como público executivos e homens de negócios que se deslocam em direção aos grandes centros empresariais. São grandes consumidores, pois, geralmente, suas viagens são custeadas pelas empresas, o que faz com que gastem mais com entretenimento durante o tempo livre.

10º) Turismo Rural: É caracterizado por um “[...] conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (BRASIL, 2006b, p.49) O deslocamento para espaços rurais, com ou sem pernoite, tem como objetivo a fruição de cenários e instalações rurícolas.

11º) Turismo de Saúde: “Constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos [...]. Estes fins referem-se aos objetivos que motivam o deslocamento, isto é, à busca de determinados meios e serviços que podem ocorrer em função da necessidade de tratamento e cura, de condicionamento e bem-estar físico e mental.” (BRASIL, 2006b, p.53) Podem ser compreendidos como tal os seguintes tipos de turismo: Hidrotermal, Hidromineral, Hidroterápico, Termal, Termalismo, Turismo de Bem-estar, Turismo de Águas, entre outros.

Anexo II – Quadro comparativo das atividades turísticas, segundo estudo do IPEA, 2003

Classificação das atividades do turismo	CNAE 95		CNAE 2.0		CLASSIFICAÇÃO
	Código	Atividade	Código	Atividade	
TRANSPORTE	60100	Transporte ferroviário interurbano	4912-4	Transporte metroferroviário de passageiros	T
	60216	Transporte ferroviário de passageiros urbano			
	60224	Transporte metroviário			
	60232	Transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano	4921-3	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana	
	60240	Transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano	4922-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	
			4929-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	
	60259	Transporte rodoviário de passageiros, não regular	4923-0	Transporte rodoviário de táxi	
	60291	Transporte regular em bondes, funiculares, teleféricos ou	4950-7	Trens turísticos, teleféricos e similares	
	61212	Transporte por navegação interior de passageiros	5022-0	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares	

	61239	Transporte aquaviário urbano	5012-2*	Transporte marítimo de longo curso - passageiros
			5091-2	Transporte por navegação de travessia
			5099-8	Transportes aquaviários não especificados anteriormente
	62103	Transporte aéreo, regular	5111-1	Transporte aéreo de passageiros regular
	62200	Transporte aéreo, não regular	5112-9	Transporte aéreo de passageiros não-regular
	63215	Atividades auxiliares aos transportes terrestres	5221-4	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados
			5222-2	Terminais rodoviários e ferroviários
			5229-0	Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
	63223	Atividades auxiliares aos transportes aquaviários	5030-1	Navegação de apoio
			5231-1	Gestão de portos e terminais
			5232-0	Atividades de agenciamento marítimo

			5239-7	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	
	63231	Atividades auxiliares aos transportes aéreos	5240-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos	
	71102	Aluguel de automóveis	-	As atividades de aluguel estão alocadas as demais atividades	
	71218	Aluguel de outros meios de transporte terrestre	-		
	71226	Aluguel de embarcações	-		
	71234	Aluguel de aeronaves	-		
HOTELARIA E SIMILARES	55115	Estabelecimentos hoteleiros, com restaurante	5510-8	Hotéis e similares	T
	55123	Estabelecimentos hoteleiros, sem restaurante			
	55131	Estabelecimentos hoteleiros			
	55190	Outros tipos de alojamento	5590-6	Outros tipos de alojamentos não especificados anteriormente	
ALIMENTAÇÃO	55212	Restaurantes e estabelecimentos de bebidas com serviço completo	5611-2	Restaurante e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	P

	55220	Lanchonetes e similares			
	55239	Cantinas (serviços de alimentação privativos)			
	55247	Fornecimento de comida preparada	5620-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	
	55298	Outros serviços de alimentação	5612-1	Serviços ambulantes de alimentação	
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	63304	Atividades de agências de viagens e organização de viagens	7911-2	Agências de viagens	T
			7912-1	Operadores turísticos	
			8230-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	
LAZER	74918	Atividades fotográficas	7420-0	Atividades fotográficas e similares	P
	92312	Atividades de teatro,música e outras atividades artísticas	9001-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	
	92320	Gestão de salas de espetáculos	9003-5	Gestão de espaço para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	
	92398	Outras atividades de espetáculos não descritas anteriormente	9002-7	Criação artística	
	92517	Atividades de biblioteca e arquivos	9101-5	Atividades de bibliotecas e arquivos	

92525	Atividades de museus e conservação do patrimônio histórico	9102-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares
92533	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais	9103-1	Atividade de jardins botânicos, zoológico, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
92614	Atividades desportivas	9311-5	Gestão de instalações de esporte
		9312-3	Clubes sociais, esportivos e similares
		9319-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente
92622	Outras atividades relacionadas ao lazer	9321-2	Parques de diversão e parques temáticos
		9329-8	Atividades de recreação e lazer não especificados anteriormente

Fonte: IPEA, 2003. Adaptado pelo autor

* Somente a classificação 5012-2/02 será considerada, devido sua especificidade

Anexo III – Tabelas e número de agências e hotéis em Minas e Brasil